



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FACALE



TATYANE APARECIDA VANINI MACEDO

**AS MEMÓRIAS DE FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SIRKIS SOBRE O
GOLPE MILITAR CHILENO: SOBREVIVÊNCIA E TESTEMUNHO**

Dourados - MS
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS - FACALE



TATYANE APARECIDA VANINI MACEDO

**AS MEMÓRIAS DE FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SIRKIS SOBRE O
GOLPE MILITAR CHILENO: SOBREVIVÊNCIA E TESTEMUNHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Literatura e Práticas Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto

Dourados - MS
2019



BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Bungart Neto
(UFGD - Presidente /Orientador)

Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Nichnig
(FCH/UFGD - Membro Titular)

Prof^a. Dr^a. Leoné Astride Barzotto
(UFGD - Membro Titular)

Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi
(FCH/UFGD – Membro Suplente)

Prof^a. Dr^a. Flávia Almeida Vieira Resende
(UFGD - Membro Suplente)

Dourados, 19 de junho de 2019.

In memoriam de todos os companheiros que lutaram contra a ditadura na América
Latina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela força concedida ao longo da minha vida, por ouvir, atender e responder as minhas preces, mantendo sempre a fé acesa em meu coração.

À CAPES, pelo financiamento conseguido, sem o qual seria difícil dar continuidade ao Mestrado. Obrigada!

Ao meu orientador, Prof. Paulo Bungart Neto, por ter me recebido, inicialmente, como aluna especial, o que me motivou a levar a pesquisa adiante, pelo seu profissionalismo e atenção. Muito obrigada!

Aos demais professores do Mestrado que se dedicaram em suas aulas para que pudéssemos crescer não só na área profissional, mas também nos tornássemos pessoas coerentes. Obrigada às professoras doutoras: Alexandra Santos Pinheiro e Leoné Astride Barzotto e aos professores doutores Gregório Foganholi Dantas, Marcos Lúcio de Sousa Góis e Paulo Custódio de Oliveira.

À FACALE, ao Coordenador do Mestrado Letras Prof. Dr. Paulo Bungart Neto, e ao presidente do Conselho Diretor Prof. Dr. Rogério Silva Pereira, pois, ao longo do período no qual estive como representante discente, ambos sempre estiveram à disposição para nos ouvir e contribuir com suas experiências. Agradeço também a atenção da Suzana, secretária do Mestrado, em todos os momentos que não somente eu, mas os demais alunos precisaram.

Ao Senhor Carlos Minc que me deu devida atenção e se disponibilizou a conversar comigo, uma pessoa maravilhosa, sem palavras. Ele foi meu contato-chave para que tivesse a possibilidade de conversar com um dos autores das obras estudadas, como, o Senhor Alfredo Hélio Sirkis que se prontificou a conversar comigo, e o que me ajudou muito a entender não somente sua história como de todos que estiveram na luta armada. Não sei como agradecer, foi para mim uma experiência única, obrigada! Ao Senhor Fernando Gabeira que deixou contato também, mas não tivemos a possibilidade de concretizar um diálogo. Assim, como a professora Eurídice Figueiredo que me enviou sua obra sobre a literatura e ditadura que foi fundamental para minha pesquisa. Agradeço toda atenção e carinho!

Agradeço às minhas mães, Rosana Vanini, Dione Vanini de Souza Bexiga e Roseana Vanini Oliver, que se empenharam bravamente por mim, para que eu tivesse uma vida tranquila, lutando e me apoiando em busca dos meus sonhos. Mães, nós já conseguimos, vocês são parte responsável por tudo isso. Somos uma linda família, somos grandes mulheres que sempre lutaram e eu me orgulho muito de vocês.

In memoriam dos meus avós Maria e Wandionor Vanini, aos meus pais de coração José Orlando Leão Monteiro, Evan Hugh Oliver e meu irmão caçula Lucas Vanini Macedo.

À tia Nice pela acolhida e por todo carinho, assim como minha prima Andrea que sempre que precisei sempre prontificou a me ajudar. Obrigada a você e a Mari!

À minha sogra, Marcilene que em todos os momentos, principalmente os que me preocupavam me dizia: “Vai dar certo”, e ao meu sogro, Maluf que me trouxe para Dourados, bem como por todas as diversas ocasiões nas quais precisei até me mudar. Obrigada!

Aos meus amigos. À minha amiga Jaqueline que, mesmo em outro país, estava sempre ali, pronta para me ouvir. Aos colegas do Mestrado em especial à Paty, a Selma, Ariane e a Grazi que permaneceram presentes até o final. Valeu meninas! Obrigada também à Mariane, Jéssica, Ueslei e Léo por estarem presente nesse momento importante para mim.

E não poderia faltar meu grande amor, Matheus Gomes Maluf, que me acompanhou em todos os eventos, me lembrando do que eu não poderia esquecer, que escutava eu ler todo meu texto “mais de mil vezes”, por me arrumar para dormir quando apagava em cima do computador ou dos livros, que me deu todos os colos que eu precisei e todos os dias quando acorda me diz o quanto me ama. Te amo por toda amizade que temos um com o outro, o companheirismo, dedicação e respeito. Honey, você é incrível!

Agradeço também à banca de qualificação, compostas pelas professoras Leoné Astride Barzotto e Flávia Almeida Vieira Resende, que acrescentaram muito para a conclusão de minha pesquisa e para que eu chegasse à fase final da defesa.

Desde já, agradeço também à Prof^a Dr^a Cláudia Regina Nighig por aceitar o convite para a banca de defesa e pelas valiosas contribuições, assim como a Prof^a Dr^a Leoné. Muito Obrigada!

"Perdóname mi amor, fue un último intento por salvarte".

(Jane Vanini)

MACEDO, Tatyane Aparecida Vanini. *As memórias de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis sobre o golpe militar chileno: sobrevivência e testemunho*. 94f. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de Concentração: Literatura e Práticas Culturais). Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD). Dourados-MS, 2019.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Letras tem por objetivo analisar as obras *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira; e *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis, que narram o exílio de ambos e o período em que permaneceram no Chile durante o governo do socialista Salvador Allende, que foi destituído do poder em 11 de setembro de 1973, pela Junta Militar formada pelo comandante do exército chileno, o general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte. A ditadura no Chile se estendeu por dezessete anos e, com isso, o país passou a viver uma ditadura sangrenta, preocupada apenas em perseguir, matar seus opositores e atender aos interesses dos Estados Unidos. As obras serão analisadas com base nas contribuições de teóricos como Eric Nepomuceno (2015), Márcio Seligmann-Silva (2003), Maurice Halbwachs (2006), Philippe Lejeune (2008), entre outros. Nesse sentido, pretende-se interpretar as obras supracitadas como resultado dos depoimentos feitos pelos dois escritores, bem como buscar, a partir da análise do contexto histórico e de aspectos memorialísticos, identificar de que maneira as autobiografias e os testemunhos participam da evocação de um momento crucial da história política brasileira, com reflexos em sua identidade cultural e na memória coletiva do país. Tais narrativas híbridas – mistura de autobiografia, história e jornalismo político – relatam a construção da lembrança da resistência e da luta contra o poder imposto pelos militares, partindo da ideia de que os conflitos sociais são movidos por diferentes aspectos ideológicos e movimentos que mobilizam a sociedade em determinados contextos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Memória; Testemunho; Alfredo Sirkis; Fernando Gabeira.

RESUMEN

Esta disertación de Maestría en Letras tiene por objetivo analizar las obras *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira; y *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis, que narran el exilio de ambos y el período en que permanecieron en Chile durante el gobierno del socialista Salvador Allende, que fue destituido del poder el 11 de septiembre de 1973, por la Junta Militar formada por el Consejo comandante del ejército chileno, el general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte. La dictadura en Chile se extendió por diecisiete años y, con ello, el país pasó a vivir una dictadura sangrienta, preocupada sólo por perseguir, matar a sus opositores y atender a los intereses de Estados Unidos. Las obras serán analizadas con base en las contribuciones de teóricos como Eric Nepomuceno (2015), Márcio Seligmann-Silva (2003), Maurice Halbwachs (2006), Philippe Lejeune (2008), entre otros. En este sentido, se pretende interpretar las obras citadas como resultado de los testimonios hechos por los dos escritores, así como buscar, a partir del análisis del contexto histórico y de aspectos memorialísticos, identificar de qué manera las autobiografías y los testimonios participan de la evocación de un momento crucial de la historia política brasileña, con reflejos en su identidad cultural y en la memoria colectiva del país. Tales narraciones híbridas-mezcla de autobiografía, historia y periodismo político- relatan la construcción del recuerdo de la resistencia y de la lucha contra el poder impuesto por los militares, partiendo de la idea de que los conflictos sociales son movidos por diferentes aspectos ideológicos y movimientos que movilizan a la sociedad en ciertos contextos históricos.

PALABRAS LLAVES: Dictadura; memoria; testimonio; Alfredo Sirkis; Fernando Gabeira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A última imagem do presidente Salvador Allende (manhã do 11 de setembro de 1973).....	43
Figura 2 – Imagem do Museu da Memória em Santiago-Chile.....	56
Figura 3 - Escultura de Demétrio Albuquerque.....	57
Figura 4 - Os 40 presos políticos.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA.....	14
1.1 A Operação Condor: conexão entre países da América do Sul.....	20
1.2 Repressão e tortura: a ditadura brasileira e os desdobramentos dos sequestros de embaixadores	27
1.3 “Chicho” Allende: do início de suas lutas políticas ao golpe de 11 de setembro de 1973	37
CAPÍTULO 2 - AUTOBIOGRAFIAS, MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS	47
2.1 A autobiografia, por Philippe Lejeune	49
2.2 A memória coletiva	52
2.3 O conceito de Literatura Testemunhal e as ditaduras na América Latina.....	58
CAPÍTULO 3 - O TESTEMUNHO EM <i>O CREPÚSCULO DO MACHO E ROLETA CHILENA</i>	64
3.1 <i>O crepúsculo do macho e Roleta chilena</i>	69
3.2 <i>La dictadura transpassa fronteras: memória e a experiência do exílio</i>	75
3.3 O testemunho sobre o golpe militar chileno.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado em Letras, na área de concentração Literatura e Práticas Culturais, busca fazer uma análise das diversas manifestações culturais, políticas, ideológicas que figuram como um meio de transmissão da experiência a partir do estudo da memória e do testemunho dos sobreviventes (ex-guerrilheiros e resistentes exilados, torturados etc.) das ditaduras militares na América do Sul.

Para tanto, adotamos como *corpus* as obras *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira, e *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis. Com isso, buscou-se interpretar e compreender aspectos relacionados com a ditadura militar nos países do Cone Sul. Propomos investigar, por meio dos depoimentos desses exilados, a memória abalada e transformada pelo golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, ocorrido em 11 de setembro de 1973, em Santiago-Chile, e pela própria ditadura que se seguiu ao golpe e durou dezessete anos (1973-1990).

Uma das principais perspectivas da narrativa memorialística é evitar o esquecimento, o apagamento da memória, ou seja, fazer com que haja certa forma de recuperação e conservação dessa lembrança, que ainda hoje é evitada por muitas pessoas, seja por medo, trauma ou por puro desinteresse. Para Beatriz Sarlo, em *Tempo passado*:

O campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando-se o caso mais monstruoso de nossa história. Mas também é um campo de conflitos para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola. É um campo de conflitos também para os que sustentam o Nunca Mais, não é uma conclusão que deixa para trás o passado, mas uma decisão de evitar, lembrando-as, as repetições (SARLO, 2007, p. 20).

Portanto, foi realizado o exame do contexto histórico e dos testemunhos do *corpus* com base nas teorias de Philippe Lejeune, Maurice Halbwachs, Márcio Seligmann-Silva, entre outros, que serviram como resposta para compreendermos parte do ocorrido, que nos foi escondido ou apagado, e que atingiu muitas famílias brasileiras.

O tema da “ditadura” tem uma grande relevância nos dias de hoje e é possível perceber que há necessidade de recuperação dessa memória para interpretar a história e reconstruir algo novo, sem retroceder, visto que muitos brasileiros sofreram no exílio e

com eles suas famílias, os que não foram mortos a mando dos ditadores ou afetados psicologicamente pelas torturas e por toda a barbárie.

Muitas dessas obras relatam o que foi escondido, e ainda é. Segundo Beatriz Sarlo: “Durante a ditadura militar, algumas questões não podiam ser pensadas a fundo, eram examinadas com cautela ou afastadas à espera de que as condições políticas mudassem” (2007, p. 19).

Um dos fatores que nos trouxeram para tal investigação, além da rememoração histórica, político-social que pode auxiliar muitas pessoas a entender e investigar os casos ocorridos no exílio, foi o próprio relato como registro dessa memória. A contribuição principal será a de procurar compreender o presente buscando, por meio dos testemunhos narrados no passado, entender fatos que possam voltar a ocorrer no futuro. Nesse contexto, pretende-se interpretar e analisar aspectos relacionados com a ditadura militar, em especial, do Chile, a partir dos depoimentos contidos nas obras supracitadas.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro corresponde à contextualização histórica e política das ditaduras da América Latina com o intuito de entender como os países mencionados (Brasil e Chile) realizaram ações conjuntas como, por exemplo, na Operação Condor, assim como a ditadura brasileira e os desdobramentos dos sequestros de embaixadores para a libertação de presos políticos. Em seguida, a dissertação focaliza a trajetória de Salvador Allende, do início de sua luta política até o golpe de 11 de setembro de 1973.

No segundo capítulo, objetiva-se compreender alguns conceitos sobre a memória e as manifestações da literatura testemunhal, considerando-as como documentos e registros de experiências vividas, buscando resgatá-las para reconstruí-las no presente com base nos fundamentos teóricos da autobiografia, desenvolvidos por Philippe Lejeune, e da memória coletiva, por Maurice Halbwachs, bem como o conceito de literatura testemunhal aplicado às ditaduras na América Latina, por Marcio Seligmann-Silva. O terceiro capítulo propõe analisar as obras selecionadas para o *corpus* da pesquisa, delas procurando explorar aspectos ligados ao exílio vivido por seus autores, compreendendo seus depoimentos como representativos da literatura testemunhal brasileira e da memória coletiva da nação.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

“Quando secar o rio da minha infância secará toda dor. Quando os regatos límpidos de meu ser secarem minh’alma perderá sua força. Buscarei, então, pastagens distantes lá onde o ódio não tem teto para repousar. Ali erguerei uma tenda junto aos bosques. Todas as tardes, me deitarei na relva e nos dias silenciosos farei minha oração. Meu eterno canto de amor: expressão pura de minha mais profunda angústia. Nos dias primaveris, colherei flores para meu jardim da saudade. Assim, exterminarei a lembrança de um passado sombrio”. (Frei Tito)

Nos processos de controle e atribuições de poder, sejam políticos, econômicos ou sociais, alguns “líderes”, com a devida autoridade que possuem, buscam meios de manter privilégios ou regalias, embora seja necessário ressaltar também que não podemos generalizar completamente. Entretanto, por conta desse jogo de poder, cabe salientar que os Estados Unidos da América sempre estiveram entre os mais interessados nos processos de ditaduras ocorridos por toda a América Latina, considerando o “medo” da expansão comunista e do poderio da União Soviética.

Para que seja possível entender melhor o assunto, faremos primeiramente uma breve apresentação histórica com o intuito de evidenciar como foram iniciados os regimes ditatoriais na América Latina, que se iniciaram Pós- Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A seguir comentaremos sobre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que emergiram como superpotências rivais, e que no contexto da Guerra Fria¹, fizeram com que os americanos alegassem que os ataques cometidos contra os cubanos, após a Revolução Cubana, provem do apoio da URSS e da necessidade de conter o que eles denominaram de ‘ameaça comunista’ nos países da América Latina, contudo, o controle dos norte-americanos aos países do Cone Sul é consequência direta desse apoio da URSS a Cuba, representando, assim, todo o comprometimento de seus interesses internacionais.

Posteriormente, discutiremos a influência e o apoio financeiro dos Estados Unidos sobre as ditaduras na América Latina, destacando a Operação Condor (em outras palavras, como funcionou essa ação conjunta das ditaduras da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Chile, que tinha como objetivo reprimir os grupos de esquerda que se manifestavam contra os regimes militares na América do Sul) e a participação da CIA na busca contra o que denominavam de ‘caça ao terrorismo’, destacando seguidamente a ditadura brasileira e o golpe de 11 de setembro de 1973, que derruba o governo socialista de Salvador Allende, mencionadas nas obras de Alfredo Sirkis e Fernando Gabeira.

¹ A Guerra Fria durou do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até a extinção da União Soviética (1991). É a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, disputando a hegemonia política, econômica e militar do mundo. “Guerra Fria”. Segundo Kissinger, durante *la Guerra Fría, los Estados Unidos participaron en una lucha ideológica, política y estratégica contra la Unión Soviética, en un mundo dominado por dos potencias que operaba siguiendo principios totalmente distintos de los establecidos por un sistema de equilibrio del poder. En ese mundo dominado por dos potencias, nadie puede decir que el conflicto conducirá al bien común puesto que todo lo que gane un bando lo perderá el otro. De hecho, lo que los Estados Unidos lograron en la Guerra Fría fue una victoria sin guerra, una victoria que ahora los ha obligado a enfrentarse al dilema que describió George Bernard Shaw: «Hay dos tragedias en la vida: una consiste en no lograr lo que más se desea, la otra, en lograrlo.»* Disponível em: <http://aps-m.org/wp-content/uploads/2017/03/Kissinger-Henry-Diplomacia.pdf>

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, após 1945, acabaram os regimes totalitários da Itália (Fascismo) e Alemanha (Nazismo). Assim, com a Europa devastada, os norte-americanos passaram a figurar como líder dominante do bloco capitalista e os soviéticos do bloco socialista, ambos se tornam potências mundiais com ideais diferentes e, em razão da disputa econômica entre eles, iniciou-se a Guerra Fria, isto é, um conflito político pela disputa do poder entre ambos os países mencionados, ou seja, um confronto ideológico entre o bloco capitalista *versus* o bloco socialista, como foi o caso da Guerra do Vietnã².

O bloco capitalista era liderado pelos Estados Unidos e composto pelos países da Europa Ocidental, América do Sul, América Central (com a exceção de Cuba que pertencia ao bloco socialista), Oceania e parte dos países da Ásia que durante o período Pré-guerra Fria, implantaram uma política externa conhecida como Doutrina Truman³, que tinha como principal objetivo impedir a expansão socialista.

Em seguida, utilizando de diversos meios para ajudar na expansão de seu bloco, o general e secretário de estado estadunidense, George Marshall, cria o Plano Marshall⁴, que foi uma ajuda à reconstrução da Europa devastada após a Segunda Guerra Mundial, no valor de 13 bilhões de dólares, bem como a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, conhecida como OTAN, isto é, uma aliança política militar. Já o bloco socialista criou o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECOM)⁵, um acordo de cooperação do leste europeu, já que o país não tinha o mesmo poder

² Este conflito ocorreu entre 1959 e 1975 e contou com a intervenção direta dos EUA e URSS. As tropas norte-americanas, apesar de todo aparato tecnológico, tiveram dificuldades em enfrentar os soldados vietcongues (apoiados pelos soviéticos) nas florestas tropicais do país. Milhares de pessoas, entre civis e militares, morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa, em 1975. O Vietnã passou a ser socialista. Ver. WIEST; MCNAB, 1996.

³ Doutrina Truman, expressão utilizada pelo presidente norte-americano Harry S. Truman, em resposta ao estadista britânico Winston Churchill, em 12 de março de 1947, diante do Congresso, designava um conjunto de práticas do governo americano em escala mundial, na época da chamada Guerra Fria, que buscava conter o avanço do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista. Antes de se tornar presidente dos EUA, Truman foi senador, em 1934, vice do Presidente Roosevelt, em 1944, e o sucedeu após sua morte. Uma de suas decisões como presidente, foi a autorização do lançamento da bomba atômica no Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Truman foi eleito presidente dos Estados Unidos da América em dezembro de 1948. Seu governo criou o serviço de inteligência (CIA), emitiu a doutrina Truman contra o comunismo e aprovou o Plano Marshall. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>.

⁴ Com o objetivo de reforçar o capitalismo, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, lança o Plano Marshall, que era um oferecimento de empréstimos com juros baixos e investimentos para que os países arrasados na Segunda Guerra Mundial pudessem se recuperar economicamente. Para Arrighi, Giovanni, o Plano Marshall iniciou a reconstrução da Europa Ocidental e a imagem norte-americana, (direta e indiretamente), e com isso, deu uma contribuição decisiva para conseguir a expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960. Ver ARRIGHI, 1996.

⁵ A União Soviética criou, em 1949, o COMECON, uma espécie de contestação ao Plano Marshall que impedia seus aliados socialistas de se interessar pelo favorecimento proposto ao então inimigo político. ARRIGHI, 1996.

financeiro dos Estados Unidos junto ao Pacto de Varsóvia⁶. A Guerra Fria terminou com a expansão do mercado capitalista, em 1991.

Discorrer sobre o controle norte-americano desde o Caribe implica na necessidade de entender que seu objetivo já havia sido implantado muito antes de acontecer a expansão da ditadura pela América Latina, pois, em 1898, quando Cuba tornou-se independente da Espanha em razão de um “financiamento” dos Estados Unidos, no seu processo de independência, logo mais tarde, em 1902, os americanos lançaram a emenda Platt, ou seja, um suporte para “influenciar” a economia em Cuba, considerando que o país era um grande produtor de cana-de-açúcar. Para Schoultz:

A Emenda Platt foi uma apólice de seguros, emitida em prol dos interesses estratégicos e econômicos dos EUA na ilha. Vários meses antes de o General Wood zarpar do porto de Havana pela última vez em 20 de maio de 1902, o dia da independência de Cuba, ele havia escrito que “há, por certo, pouca ou nenhuma independência ligada a Cuba sob a Emenda Platt”. Isto fora propositado, como observou o Senador Platt: “Os Estados Unidos estarão sempre, sob a assim chamada Emenda Platt, em posição de endireitar as coisas se elas ficarem seriamente ruins”. A hegemonia havia sido formalizada (SCHOULTZ, 2000, p. 174).

Os lucros obtidos com a venda dos produtos nacionais passaram a ser depositados nos bancos norte-americanos e, para que os cubanos não percebessem, ou mesmo para fazer vista grossa, o governo dos Estados Unidos patrocinava os governantes cubanos que fossem seus aliados, sempre voltados aos próprios interesses.

Entre os anos de 1952 e 1959, Cuba foi liderada pelo ditador Fulgêncio Batista (1901-1973) que, com ajuda dos Estados Unidos, comandou um golpe militar após sua derrota nas eleições. Batista chegou a falir a economia de seu país e enriquecer por meio da exploração do comércio cubano, ajudando, assim, a expandir os interesses pessoais e comerciais americanos.

Em 1953, os irmãos Raúl e Fidel Castro, com a ajuda de outras pessoas, tentaram roubar as armas do Quartel de Moncado, mas a tentativa não deu certo e eles foram exilados no México, quando conheceram Ernesto Guevara de la Serna, o “Che”. Com isso, começaram a planejar uma nova estratégia para invadir a ilha de Cuba, conhecida como a *Revolução Cubana* (1959), que derrubou o governo em *Sierra Maestra*. Fidel, então, torna-se líder e presidente do país por um longo período, sendo

⁶ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 14 de maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como “bloco do leste”. O fim do tratado representou também o fim da Guerra Fria, em 1991. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>

que atuou antes como primeiro ministro (1959-1976) e depois assumiu a presidência (1976-2008). Em *Militares e política na América Latina* (1979), Guido Vicário cita uma passagem de Fidel Castro que fala sobre a revolução:

[...] No momento em que se verificou a vitória da Revolução Cubana, a relação de forças entre o imperialismo e o socialismo não era uma questão simples. De um ponto de vista bem objetivo, a relação de forças era favorável ao imperialismo, embora as forças do socialismo estivessem próximas dele. E, então, como explicar que apesar de uma relação desfavorável e da proximidade dos Estados Unidos, não foi possível ao imperialismo esmagar nossa revolução? Através de dois fatores: a audácia dos revolucionários cubanos e, podemos dizer também, a audácia da União Soviética (*apud* VICÁRIO, 1979, p. 91).

Sendo assim, Cuba tornou-se um país socialista e contou com o apoio da URSS durante a Guerra Fria, porém, obviamente, os Estados Unidos continuaram dominando toda a América do Sul. Portanto, qualquer ação em que fosse identificada a influência da URSS era vista como algo realizado por “traidores” e “inimigos” dos Estados Unidos e da expansão capitalista. Eric Nepomuceno, em *A memória de todos nós* (2015), afirma que

[...] Para os Estados Unidos, impedir que o exemplo cubano se alastrasse pelo continente afora tornou-se prioridade máxima. Qualquer governo com tons progressistas, ou reformistas, passou a ser considerado um adversário perigoso que deveria ser neutralizado a qualquer custo (NEPOMUCENO, 2015, p. 9).

Com a derrubada do ditador Fulgêncio Batista, que matinha um governo opressor (de direita), iniciou-se a ditadura comunista de Fidel que buscava a implantação do socialismo/comunismo⁷ (que dentro do discurso marxista o socialismo corresponde e a primeira fase do comunismo), ou seja, corresponde a ditadura do proletariado e depois vem uma sociedade sem classes, uma organização socioeconômica baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, sem classes sociais, ideia essa nunca existiu de verdade, e os países que tentaram e vivem sob esse regime opressor. Foi o que acontece com Fidel, isto é, acabou implantando o comunismo com o intuito de igualdade, porém com um modo de governar tão obscuro quanto o anterior.

No entanto, a ditadura de Fidel Castro, mesmo após sua morte, foi sucedida por seu irmão Raul Castro que seguiu o mesmo molde de governo e Cuba permaneceu

⁷ As expressões socialismo e comunismo sempre aparecem associadas. É possível dizer que o socialismo seria uma etapa para se chegar ao comunismo, segundo a teoria marxista. Para a historiadora Cristina Meneguello, o socialismo controlaria a produção e a distribuição dos bens em sistema de igualdade e cooperação. Esse processo culminaria no comunismo, no qual todos os trabalhadores seriam proprietários de seu trabalho e dos bens de produção. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/socialismo-e-comunismo>

sendo governado por ditadores. Atualmente, o Estado Comunista tem como governante, desde 2018, o ditador Miguel Diaz-Canel. Ele é o atual presidente de Cuba após a era Castro, porém, a forma de governo continuará à frente do partido comunista liderado por Raul Castro. Portanto, mesmo que ele queira alguma mudança precisa do apoio e continuar seguindo as ordens do antigo presidente.

Com isso, podemos concluir que Cuba, mesmo antes da Revolução de 1959, viveu e continua vivendo sob um governo despótico, sendo que seu povo não tem liberdade de expressão. Um exemplo disso é a imprensa, que não pode fazer críticas ao governo, como é o caso da escritora Wendy Guerra, proibida de ter seus romances publicados em Cuba, já que sua literatura traz testemunhos e denúncias sobre a ilha e Fidel, tal como na obra *Nunca fui primeira dama* (2010). Embora existam alguns que elogiam esse tipo de regime, podemos afirmar que nenhuma forma de governo autoritária e que proíbe a população do seu direito de ir e vir, ou de se expressar livremente, pode ser considerado boa.

Em *O crepúsculo do macho* (1980), Fernando Gabeira comenta, em sua passagem por Cuba, como eram vistos os cubanos, pois eles pensavam que a derrubada de uma ditadura daria início a uma nova forma de governo, menos opressora, ou seja, é possível notar que havia esperança na luta por um lugar melhor.

[...] Outros, como eu, estavam fascinados pelos cubanos e, mesmo reconhecendo a simplicidade dos argumentos, tendiam a defendê-los. Afinal, eles chegaram ao poder, derrubando uma sangrenta ditadura a partir de pequenos grupos audaciosos e bem armados (GABEIRA, 1980, p. 73).

Em uma entrevista para o jornal francês *Le Monde*, Gabeira foi perguntado sobre o que ele teria em comum com Fidel Castro e sua resposta foi: “Bem, assim *grosso modo*, diria que temos a luta armada em comum” (GABEIRA, 1980, p. 23). Sirkis diz, em *Os carbonários*, que sua inspiração vinha da ilha de Cuba: “Cuba era o mais próximo e indicava o caminho, segundo alguns. O mais vivo, porém, era o exemplo de Che” (SIRKIS, 1980, p. 63). A “simpatia” comunista e o “exemplo” de Che estavam presentes no Brasil e em toda a América Latina.

Para Elio Gaspari, em *A ditadura envergonhada* (2002), “o mito cubano projetara-se romanticamente sobre o mundo, com as figuras comoventes, desprendidas e heroicas de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara” (GASPARI, 2002, p. 177).

Podemos notar que a figura de Fidel apresenta, em determinado momento da narrativa de Gabeira e Sirkis, para muitos jovens da época, a visão de um grande revolucionário, um mito. Hoje, podemos afirmar não apenas em razão da mídia, mas

com os documentos e testemunhos de quem viveu na esperança de ter encontrado um “herói da revolução”, que Fidel nunca foi ou teve intenção de ser mocinho da história. Assim, como aconteceu com outros ditadores, ele perseguiu, torturou e matou muitas pessoas. Em *Fidel. O tirano mais mais amado do mundo* (2012) o escritor Humberto Fonova desmitifica mitos e aborda sobre Fidel e como seu grupo destruiu a economia cubana e que atualmente o país depende financeiramente das grandes potências e uma fiel escudeira do narcotráfico internacional.

Ernesto Guevara (Che), diferentemente de Fidel, com sua morte ainda jovem, teve sua imagem transformada em uma lenda, “o verdadeiro mito da revolução”. Por isso, seu rosto tornou-se uma marca, referência, um grande símbolo, porém, em algumas biografias recentes, como é o caso de *O verdadeiro Che Guevara e os idiotas úteis que o idolatram* (2015), segundo o escritor Humberto Fonova, esse mito é desmitificado. Em razão dessas novas leituras, podemos observar que ele era considerado um homem torturador e um assassino cruel, porém, mesmo diante de tais revelações, as pessoas ainda têm sua imagem associada com ideia de um revolucionário que lutava pela igualdade e liberdade que nunca existiu, pois, tal como Fidel, podemos mencionar que ele também tinha as características de um ditador.

1.1 A Operação Condor: conexão entre países da América do Sul

Entre as décadas de 1950 e 1970, a América Latina passou por diversos golpes militares que destituíram as democracias vigentes e instituíram ditaduras em vários países, como o Paraguai (1954-1989), Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1983), Peru (1968-1980), Bolívia (1971-1982), Uruguai (1973-1985), Equador (1972-1979), e Chile (1973-1990).

Em poucos anos se instalaram ditaduras militares na Argentina (1966), Chile e Uruguai (todas em 1973), enquanto se revigorava o regime repressor de Alfredo Stroessner no Paraguai. Na Bolívia, sucediam-se governos instáveis, cuja característica mais visível era a mesma de seus vizinhos sul-americanos: repressão interna e extrema dependência externa dos Estados Unidos (NEPOMUCENO, 2015, p. 10).

No caso desses países, destacaremos aqueles que fizeram parte da Operação Condor: uma repressão conjunta entre agentes do Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, Brasil e Chile, com a participação da CIA norte-americana, criada com o

objetivo de comandar a repressão aos grupos de esquerda que faziam oposição aos governos ditatoriais.

Os países mencionados foram os que estiveram em ação conjunta na Operação Condor e, mesmo com indícios de influência dos Estados Unidos, as participações ocorreram a partir de decisões de cada país, sendo caracterizada como uma operação latino-americana contra o “terrorismo”. Entretanto, a Comissão da Verdade, em um relatório denominado *Conexões internacionais*, afirma que:

[...] No contexto da Guerra Fria (1945-1991) na América Latina, a Operação Condor (Plan Cóndor, Operativo Cóndor) foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado (2014, p. 220).

A Operação Condor foi o que chamavam de “guerra ao terrorismo”, em que os alvos foram os que lutavam contra os regimes militares que dominavam a América Latina⁸. Com isso, traçava-se um plano a partir do qual pudessem exterminar, de forma legal, os comunistas/“terroristas”. Em *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul* (2005), Dinges comenta

como o inimigo tinha âmbito internacional, Pinochet traçou um plano internacional clandestino para derrotá-lo. Para esse fim, compôs uma aliança secreta com outros governos militares - Uruguai, Paraguai, Bolívia, Brasil e Argentina - que foi chamada de “Operação Condor”, em referência ao majestoso comedor de carniça que é o pássaro nacional do Chile. A ideia era fazer com que os Serviços de Segurança reunissem forças para perseguir e capturar “terroristas” de todas as nacionalidades, onde quer que residissem (DINGES, 2005, p. 21).

O encontro dos membros da Operação Condor ocorreu em Santiago, no Chile, em novembro de 1975, mais especificamente no prédio da Academia de Guerra do Exército. Pinochet era o “anfitrião”.

O Chile tinha reunido esse grupo de Serviços de Inteligência para apresentar um plano que atacasse esses inimigos em qualquer parte do mundo. O general Augusto Pinochet era o anfitrião, ele é que arcava com as despesas de

⁸ Em *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul* (2005), John Dinges aborda a temática no primeiro capítulo, intitulado “A primeira guerra ao terrorismo” (p.17-29). Para os americanos, a guerra ao terrorismo é uma forma de combater atentados terroristas pelo mundo. Era assim que os militares chamavam os grupos de guerrilhas que se opunham à ditadura. Os guerrilheiros procurados pela ditadura militar tinham seus rostos e nomes estampados em capas de jornais ou em panfletos, em que se escrevia a expressão “Terroristas procurados”.

todos os que compareceram. Pinochet se mantinha severo e imponente entre os líderes da região (DINGES, 2005, p. 32).

Em seguida, o Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional foi presidido pelo Coronel Manuel Contreras⁹, chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA) do país. A DINA era um braço das Forças Armadas que recrutava os melhores oficiais e tinha um sistema diferente de interrogar: “A fonte disse que as técnicas são inspiradas diretamente na Inquisição espanhola e, na maioria das vezes, deixa o interrogado com danos corporais visíveis” (*apud* DINGES, 2005, p. 107). Segundo um funcionário do FBI, chamado Robert Scherrer, Contreras havia tido seu treinamento no Brasil.

Não há dúvida de que Contreras e a Dina tinham uma relação operacional estreita com o Serviço de Inteligência do Brasil, o SNI. Alguns documentos dos Estados Unidos confirmam que os oficiais do Serviço de Inteligência brasileiro foram ao Chile para interrogar prisioneiros depois do golpe e que oficiais chilenos foram enviados ao Brasil para receber treinamento em Inteligência (DINGES, 2005, p. 109).

Sobre a DINA e a Operação Condor, conforme o Registro do Museo de La Memoria y Los Derechos Humanos, em Santiago do Chile:

La persecución traspasa las fronteras del país. Los atentados en el extranjero contra el ex Comandante en Jefe del Ejército General Carlos Prats, el ex Ministro del Interior Bernardo Leighton y el ex Canciller Orlando Letelier son solo una muestra de la acción que desplegó la DINA en el exterior y la coordinación con los diferentes organismos de inteligencia de otras dictaduras latino-americanas. Esta alianza se denominó Operación Condor. En esta política se enmarca también la Operación Colombo un montaje comunicacional destinado a desacreditar las denuncias desaparición forzada de 119 detenidos em 1975 (s/p)¹⁰.

Em tal encontro, o plano da Operação foi explicado. Sendo assim, foram decididas como seriam as ações e quais as interferências da nova aliança. Portanto, a Operação Condor funcionava mais como entidade do que como um ponto de conexão, ao passo que colaborava com três procedimentos: troca de informações; a troca de

⁹ O general John Manuel Guillermo Contreras Sepulveda foi o primeiro diretor da DINA e parte fundamental para a criação da Operação Condor. Ele foi condenado a mais de 500 anos de prisão por violações dos direitos humanos. Em entrevista para a Chile Vision, Canal da prisão militar onde serviu sua sentença, ele comentou: “Yo fue jefe de una institución que elimino el terrorismo en Chile. Estoy orgulloso de lo que hizo la DINA”. Disponível em: www.elmundo.es. Publicado em 30 de julho de 2010.

¹⁰ A perseguição atravessa as fronteiras do país. Os ataques no exterior contra o ex-comandante em chefe do Exército general Carlos Prats, o ex-ministro do Interior Bernardo Leighton e o ex-ministro das Relações Exteriores Orlando Letelier são apenas uma amostra da ação que a DINA implantou no exterior e a coordenação com os diferentes organismos de inteligência de outras ditaduras latino-americanas. Essa aliança é chamada Operação Condor. Essa política também é enquadrada pela Operação Colombo, uma assembleia de comunicação destinada a desacreditar as denúncias de desaparecimento forçado de 119 detidos em 1975 (s/p, tradução nossa)

prisioneiros; e a execução de inimigos no exterior (O Brasil não fez parte dessa terceira).

No início desse subitem, mencionamos os países que passaram por golpes militares no Cone Sul destacando os que fizeram parte da Operação Condor. Para melhor compreensão e reflexão do momento histórico-político e social sobre o assunto, seguiremos um breve panorama dessas ditaduras na América Latina, entre os seis países (além do Brasil e do Chile) que fizeram parte da Condor e seus líderes participantes dessa ação conjunta que sequestrou, torturou e matou muitas pessoas. Precisamos sempre buscar como se deram tais fatos e, no caso das ditaduras, iremos notar que as histórias se entrelaçam, uma vez que os regimes autoritários assolaram a América Latina nas décadas de 1960 e 1970, tiveram movimentos (das elites) que esconderam os casos favorecidos pelos Estados Unidos e os apoiadores ao golpe ocorrido no Chile.

Os golpes militares na América do Sul tiveram início no Paraguai, sob o comando das Forças Armadas lideradas pelo general Alfredo Stroessner (1912-2006), no dia 4 de março de 1954, que, após o golpe, tornou-se o ditador do Paraguai. Seu governo sofreu com conflitos de trabalhadores rurais que resolveram exigir seus direitos, pois eram muito explorados. Portanto, logo que assumiu, declarou no Paraguai a medida provisória de proteção do Estado, suspendeu também o direito ao *habeas corpus* e perseguiu todos os que eram contra seu governo.

Stroessner permaneceu no poder entre 1954 e 1989. Com isso, o Paraguai se tornou um país que queria combater o comunismo (o que era vital para os Estados Unidos, pois impedia a supremacia americana), bem como o ditador associou-se com outros países da América Latina na Operação Condor. Dinges comenta que “(...) o Paraguai era um caldeirão perene de conspirações. A ideologia marxista desempenhava um pequeno papel nas tramas contra a ditadura de Alfredo Stroessner, cujo Partido Colorado estava no poder havia vinte anos” (2005, p. 42). Um exemplo de resistência à ditadura Stroessner são os contos do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, tais como: *Hijo de hombre* e *Yo, el supremo* (2003).

Já na Bolívia, em 1964, o país vivia sob a repressão militar do governo de René Barrientos, que teve problemas com os mineradores, mesmo mantendo um acordo com os camponeses. Os trabalhadores se revoltaram e qualquer forma de resistência era vista com maus olhos. Com uma morte suspeita, Barrientos foi sucedido por Juan José Torres que, logo depois, deixou de exercer o poder, após o golpe liderado pelo general Hugo Banzer, que suspendeu todos os direitos civis.

Dinges comenta que um grupo apoiado por guerrilhas armadas na província de Cochabamba teve curta duração, mas alertou o presidente, o ditador Hugo Banzer, sobre a ameaça internacional que ele enfrentava (2005, p. 134). Em 1980, o país sofreu um novo golpe, realizado pelo general Luiz Garcia Meza, e seu governo ficou conhecido por uma onda de mortes e pessoas desaparecidas. Um exemplo de testemunho sobre a ditadura boliviana está presente na obra *Cuentos violentos* (2006), do escritor boliviano Victor Montoya, que utilizou seus contos para denunciar as tragédias ocorridas sob o regime do general Banzer.

No caso da Argentina, o país passou por revoluções ditatoriais que tiveram início em 1966, com Arturo Illia, que foi deposto, porém, antes dele estava no poder um dos presidentes mais conhecidos da história da América Latina, Juan Domingo Perón, militar e político argentino, casado com Maria Eva Duarte de Peron, conhecida como Evita, a primeira dama que tornou-se mito e continua viva na história da Argentina, virou filme e existem muitas obras que contam a sua história e da Argentina como, por exemplo, *Santa Evita* (1996), de Tomas Eloy Martinez.

Contudo, no período sem Perón, estiveram no poder três ditadores militares: Juan Carlos Onganía (1966-1970), Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973). Onganía foi o primeiro a assumir o poder, legalizando as atividades militares com os cancelamentos dos direitos civis e poder por tempo indeterminado. Para Vicário:

Na Argentina, tratou-se de uma saída e de cena de um rápido retorno. Com Oganía, em 1966, os militares já tentaram o “golpismo orgânico” à brasileira. Foi o General Alejandro Lanusse, novo Chefe da Junta das Forças Armadas, que, entre a repressão e a via política, escolheu esta última, permitindo assim a volta de Peron e as eleições livres. Quase três anos depois, o General Jorge Videla retomou o poder enquanto o movimento peronista se desagregava, o restaurado regime democrático se degenerava e a guerrilha não parava de agir (VICÁRIO, 1979, p. 19).

Em 1970, Levingston assumiu o poder. Sendo assim, iniciou-se uma época de muita violência, assassinatos e sequestros na Argentina. Um ano depois, ele veio a ser substituído pelo seu comandante do exército, Lanusse.

No ano em que Perón retornou, em 1976, Jorge Rafael Videla tomou o poder, havendo a exclusão peronista. Assim, ocorreu uma repressão ainda mais forte, com muitas atrocidades cometidas pelos militares que chegaram a usar campos de concentração e sumiram como seus “inimigos”, colocando-os dentro de aviões que sobrevoavam o Rio da Prata e atiravam as pessoas para a morte. Para Nepomuceno,

(...) outro plano, inexistente nos vizinhos, foi o dos “voos da morte”, quando presos recolhidos a centros ilegais e clandestinos eram dopados, levados para aviões e despejados vivos sobre o rio da Prata ou as águas do Atlântico (NEPOMUCENO, 2015, p. 33).

Vale salientar que, além da divisão da polícia que sequestrava e torturava seus opositores, ocorreram muitos roubos de crianças que eram dadas para outras famílias adotarem. Registra-se que muitas dessas crianças foram criadas pelos militares e cresceram sem saber que seu suposto pai pode ter sido o torturador de seus pais biológicos: “Um deles foi o plano sistemático de bebês nascidos em cativeiro, cujas mães foram assassinadas. Esses bebês foram entregues para famílias consideradas ideologicamente puras e criados com falsa identidade” (NEPOMUCENO, 2015, p. 32).

O documentário *500 - Os bebês roubados pela ditadura da Argentina* (2014), de Alexandre Valenti, narra acerca dos testemunhos sobre os sequestros desses bebês (filhos de presos e desaparecidos políticos) e o grupo das avós da Praça de Maio que lutam para localizar as 500 crianças que sumiram durante a sangrenta ditadura na Argentina.

Diferente dos demais países mencionados, o Uruguai estava entre os que possuíam uma situação financeira superior e que poderíamos pensar não sofrer nenhuma influência econômica, porém, na década de 1960, o país passou por uma grave crise, desestabilizando os setores políticos e o governo do Presidente Jorge Pacheco.

Sendo assim, o Uruguai entrou em um processo de desgaste social, político e econômico, gerando conflitos internos, principalmente com a troca de presidente, em 1972. Em razão disso, as forças armadas, com o apoio da direita, tomaram o poder em 27 de junho de 1973. Segundo Vicário, no Uruguai, em 1973, estava no poder um governo de direita e os dois partidos tradicionais, o Blanco e o Colorado, que dispunham de quase 80% dos votos. Era forte a presença de uma grande guerrilha urbana de grande impacto e agressividade (VICÁRIO, 1979, p. 19).

O presidente eleito, que assumiu em 1972, foi Juan Maria Bordaberry. Ele governou como presidente constitucional até o golpe quando passou a ser presidente-ditador. Durante seu mandato, criou o Conselho da Nação que impedia o voto popular, pois os novos líderes só poderiam ser indicados pelos membros do conselho. Em 1976, os militares o destituíram e passaram o poder para o seu vice, Alberto Demicheli, que instituiu em seu governo os atos institucionais 1 e 2. Podemos mencionar como referência ao período da ditadura no Uruguai o filme *Uma noite de doze anos* (2018), dirigido por Álvaro Brecher, que narra brilhantemente a história de três prisioneiros

uruguayos que foram feitos de refém e viveram em celas separadas, em condições desumanas durante a ditadura militar, entre os ex-prisioneiros políticos está o escritor Mauricio Rosencof, o ex-ministro da defesa Eleutério Fernández Huidoro e o ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica. A ditadura no Uruguai terminou em 1985.

Com a aliança desses países mencionados o alvo passou a ser os opositores, ou seja, as juntas militares e governos de direita espalhados pela América Latina, eles visavam eliminar os líderes de esquerda, e os grupos de oposição com seus movimentos revolucionários como, por exemplo, o MIR- Movimiento de Izquierda Revolucionaria¹¹, do Chile, entre outros. O comando de “eliminação” era feito pelas agências de inteligência de cada país. A Operação Condor termina em 1989, mas ganhou força décadas depois com outro tipo de busca: a justiça.

O sucesso do Condor revelou-se efêmero. Uma década mais tarde, nenhum dos governos militares continuava no poder. A campanha secreta dos regimes do Condor para eliminar seus adversários democráticos e guerrilheiros acabou sendo substituída por outro tipo de busca, a de conduzir os próprios líderes militares perante a justiça. Desta vez, era uma campanha executada à luz do dia e nas arenas da lei internacional (DINGES, 2005, p. 337).

Os crimes da Operação Condor foram investigados, muitos militares foram julgados e condenados pelos crimes de tortura, assassinato e violação dos direitos humanos. O Brasil foi o único país da América Latina que não levou ao banco dos réus os envolvidos nesses crimes.

No Brasil, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, não terão, como resultado final, o julgamento dos responsáveis por crimes de lesa-humanidade - que também foram, e fartamente, cometidos aqui. Para que isso aconteça, será preciso rever a Lei da Anistia decretada pelos militares no princípio do ocaso da ditadura que foi de 1964 a 1985 (NEPOMUCENO, 2015, p. 33).

O Chile foi um dos países que, por exemplo, chegou a levar aos tribunais os responsáveis por crimes hediondos, como foi o caso do general Augusto Pinochet, quando o Juiz espanhol Baltazar Garzón conseguiu sua prisão em Londres, acusando-o

¹¹ El MIR, "(...) la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y las capas oprimidas de Chile" (NARANJO et al.: 2004, p. 99), "(...) y manifestó su postura revolucionaria de acción política y social en oposición a la izquierda tradicional. Esta posición fue cobrando cada vez más fuerza en el grupo más radical al interior del MIR, el de los jóvenes encabezados por Miguel Enríquez, hasta que en la reunión de agosto de 1967 del Comité Central para organizar el III Congreso de la organización, dicho grupo tomó el liderazgo y Miguel Enríquez fue electo Secretario General. Los trabajadores sindicalistas y los trotskistas fueron marginados y se puso fin a la heterogeneidad política que compuso al MIR desde sus inicios. Después de este episodio y en medio de la polarización política que se vivía a nivel nacional, en pocos años el MIR se convirtió en el referente de la izquierda radical, extraparlamentaria y revolucionaria chilena". Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-31553.html>.

de tortura, genocídio, terrorismo e corrupção, em 1998. Assim, foram 503 dias de prisão, um caso que marcou a jurisprudência internacional sobre os crimes contra a humanidade.

Pinochet, embora tenha alegado problemas de saúde e sido extraditado para o Chile, foi processado em seu próprio país antes de falecer, com uma observação: ele foi condenado por evasão de divisas e fraudar o fisco: “Mandar matar, torturar, violar, vexar, desaparecer não foram crimes considerados em seu julgamento: prevaleceu a tal lei de anistia antecipada” (NEPOMUCENO, 2015, p. 27).

Outros chefes de Estado responsáveis por abusos aos direitos humanos também enfrentaram julgamentos, condenações e sentenças de prisão, incluindo o general chefe da DINA e idealizador da Operação Condor Manuel Contreras, condenado a 500 anos. Ele foi responsável pela morte do ex-chanceler chileno Orlando Letelier, no atentado com explosivos em Washington, pela morte do ex-comandante do exército chileno Carlos Prats e sua esposa com uma bomba em seu carro, na Argentina, e por múltiplos casos de tortura, sequestros e assassinatos (DINGES, 2005).

As leis de Anistia na América Latina e pelo mundo são provocadas por ações diante dos tribunais, sejam eles nacionais ou internacionais, como ocorreu no caso de Pinochet. Esses fatos acontecem graças à mobilização de vítimas, de sobreviventes ou familiares e de organizações de direitos humanos.

1.2 Repressão e tortura: a ditadura brasileira e os desdobramentos dos sequestros de embaixadores

Com a renúncia, em agosto de 1961, do Presidente da República do Brasil, Jânio Quadros, o Congresso Nacional empossou o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, visto que o vice-presidente João Goulart (Jango) estava em viagem à China. Com seu retorno, os militares expediram suspensão à posse do vice, pois acreditavam que ele estivesse do lado dos comunistas. Em *A ditadura envergonhada* (2002), Elio Gaspari comenta que:

Pela primeira vez em sua vida política João Goulart tomava a ofensiva no meio de uma crise militar. Tinha 45 anos e fora abatido duas vezes por pronunciamentos militares. Em fevereiro de 1954, um manifesto de coronéis tirara-o do Ministério do Trabalho. Em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares (GASPARI, 2002, p. 46).

Em abril de 1964, com a derrubada de seu governo por militares dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, liderados pelo general Olímpio Mourão Filho, Jango refugiou-se no Uruguai e uma junta militar assumiu o país sob novo comando do primeiro presidente, de fato, do regime militar, Marechal Castelo Branco. Segundo Eurídice Figueiredo em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, “o golpe de 1964 foi um atentado à legalidade e à constituição, instaurando um regime de exceção, em que as liberdades democráticas eram tolhidas por um regime repressor” (FIGUEIREDO, 2017, p.14)

Durante o mandato de Castelo Branco e do general Humberto Alencar Costa e Silva, foram criados 17 atos institucionais e 104 atos complementares. “Ao rasgar a constituição e editar Atos Institucionais a fim de governar com todo poder, o regime se tornou o que Agamben chama de ditadura soberana” (FIGUEIREDO, 2017, p.14), ou seja, com a promulgação dos atos institucionais, os militares acabaram com o estado de direito e as instituições democráticas do país. A partir de 1968, foram iniciados os movimentos de grupos de esquerda contra a ditadura militar, entre esses movimentos estavam a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Nesse período, no dia 13 de dezembro de 1968, os militares deram o que chamaram de “o golpe dentro do golpe”, decretando o Ato Institucional nº 5¹².

Segundo Gabeira, em *O que é isso, companheiro?*, “(...) o AI-5 decretado em 13 de dezembro de 68 foi um golpe dentro do golpe, um golpe de misericórdia na caricatura da democracia, caímos, aí sim, na clandestinidade” (1979, p. 93). Os atos institucionais foram normas criadas durante o regime militar, entre 1964 e 1969. Era uma forma de justificar as ações políticas e domínio militar de uma forma “legalizada”, fazendo com que muitos fugissem ou passassem a figurar como clandestinos.

¹² Pelo artigo 2º do AI-5, o Presidente da República podia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, que só voltariam a funcionar quando o Presidente os convocasse. Durante o recesso, o Poder Executivo federal, estadual ou municipal, cumpriria as funções do Legislativo correspondente. Ademais, o Poder Judiciário também se subordinava ao Executivo, pois os atos praticados de acordo com o AI-5 e seus Atos Complementares eram excluídos de qualquer apreciação judicial (artigo 11). O Presidente da República podia decretar a intervenção nos estados e municípios, "sem as limitações previstas na Constituição" (art. 3º). Conforme o artigo 4º, o Presidente da República, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, e "sem as limitações previstas na Constituição", podia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos por 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Pelo artigo 5º, a suspensão dos direitos políticos, significava: I - cessação de privilégio de foro, por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação de natureza política; IV - aplicação, pelo Ministério da Justiça, independentemente de apreciação pelo Poder Judiciário, das seguintes medidas: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.

A ditadura no Brasil atingiu seu apogeu entre os anos de 1968 e 1974, nos governos de Médici e Geisel, conhecidos como os “anos de chumbo”. Um período de grande repressão política, social e cultural no país. Uma época em que todas as mídias sofreram muito, ou seja, teatro, novelas e festivais de música eram vigiados, pois todo e qualquer texto publicado tinha que passar pela censura. Muitos se revoltaram e buscaram lutar contra outros viveram tempos de silêncio e escuridão por conta das torturas (físicas e psicológicas) que passaram, tantos outros foram assassinatos, exilados ou simplesmente desapareceram.

De acordo com Dinges, falar sob tortura não era necessariamente traição, mas, para as vítimas, a vergonha de ter fornecido informações era uma das cicatrizes mais desmoralizantes (2005, p.156). A única forma de sabermos hoje sobre muito do que aconteceu é por meio dos relatos escritos na forma de testemunhos e memórias por parte daqueles que sobreviveram.

Um bom exemplo é a obra *Batismo de sangue* (1987), escrita por Frei Betto. A narrativa descreve, em um de seus capítulos, os 30 dias em que frei Tito foi torturado. Existia a tentativa de denunciar em juízo o ocorrido, contudo, escrever ou falar sobre a tortura era tomado como uma informação falsa.

— Além do mais, tudo o que você escreveu é falso! — Disse o magistrado. (...) Dr. Nelson Guimarães vira Frei Tito dilacerado no Hospital Militar e considerara aquilo "uma estupidez". Nos regimes ditatoriais, porém, a palavra da autoridade é a verdade. Tito não se fez de rogado: descreveu novamente todos os detalhes das torturas sofridas. Com o rosto vermelho de raiva e os gestos trêmulos, o juiz proibiu o escrevente de incluir a denúncia no depoimento do réu. O advogado de defesa interferiu e insistiu para que as palavras do religioso fossem transcritas no processo. — Vocês compreendem, a tortura é uma coisa de tal modo horrível que é melhor não falar dela — esquivou-se o magistrado (BETTO, 1987, p. 201).

Em 1975, o governo brasileiro aliou-se aos regimes militares chileno, uruguaio, paraguaio e, em 1976, argentino, na já mencionada operação Condor. Durante esse período, ocorreram muitos sequestros de embaixadores em troca de prisioneiros políticos. Os relatos desses prisioneiros descrevem bem os mecanismos da tortura e a memória do exílio. A ditadura no Brasil só terminou no governo de João Baptista Figueiredo, em 1985.

No artigo “As memórias dos exilados brasileiros sobre o golpe militar chileno: barbárie, sobrevivência e testemunho” (2015), Bungart Neto discorre acerca de como funcionava o processo de troca entre os embaixadores sequestrados e os prisioneiros políticos:

Um dos principais expedientes utilizados por tais grupos armados envolvia o sequestro de embaixadores estrangeiros, a fim de servirem como “moeda de troca” para a divulgação de manifestos (de denúncia da tortura) e, sobretudo, para a libertação de presos políticos, a grande maioria barbaramente torturada nos “porões” do regime (BUNGART NETO, 2015, p. 132).

Nesta dissertação, destacamos especificamente dois escritores, Fernando Gabeira¹³ e Alfredo Sirkis¹⁴, ambos jornalistas e políticos (Partido Verde), ex-exilados que participaram da luta armada contra a ditadura e foram parte ativa nos sequestros de embaixadores, por grupos armados distintos.

Fernando Gabeira tinha apenas 23 anos quando iniciou a ditadura no país e, no final da década de 1960, ingressou na luta armada com o pseudônimo de Honório, tendo participado do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969. Em *O que é isso, companheiro?* (1979), primeiro livro de sua trilogia¹⁵, o narrador-personagem conta sua ligação com a ALN e com o MR-8. Além disso, também relata o plano e a execução do sequestro de Elbrick, na cidade do Rio de Janeiro, quando 15 presos políticos foram liberados em troca da vida do embaixador:

Lembro-me de descer correndo as escadas da casa, de abrir a porta da garagem, de fechar rapidamente a porta da garagem, de olhar o fundo da Kombi esverdeada e ver ali, meio embrulhado num saco, o homem e a cara do homem. Dentro da Kombi as pessoas riam discretamente, orgulhosas. Encostei-me um pouco na parede e disse em voz alta: - Meu Deus, sequestramos o embaixador dos Estados Unidos (GABEIRA, 1979, p. 108).

Gabeira narra com detalhes toda a ação no sequestro, desde a sondagem feita por Vera, uma das companheiras do MR-8, que iniciou quando ela, disfarçada, fingiu ser uma empregada em busca de emprego na casa do embaixador americano. Segundo Gabeira, Vera “saiu-se muito bem, pois os maiores levantamentos do gênero foram feitos por mulheres” (p. 109). Ela conseguiu informações importantes sobre a rotina do

¹³ Iniciou sua carreira no final da década de 1950 como colaborador em periódicos em Juiz de Fora. Quando se mudou para o Rio de Janeiro na década de 1960, foi redator do *Jornal do Brasil*, e em 1964 começou a atuar nos grupos de resistência. Alguns anos depois de retornar do exílio fundou com outros membros o PV- Partido Verde (1986), onde iniciou sua carreira política (foi deputado federal e candidatou-se à Presidência e ao governo do estado do Rio de Janeiro. Atualmente ele apresenta o programa de reportagem e entrevistas chamado *Fernando Gabeira*, exibido pela Globo News. Ver em: <https://gabeira.com.br/>

¹⁴ Sirkis, assim como Gabeira, atuou nos grupos de resistência e foi um dos fundadores do PV, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro e teve vários projetos voltados para a ecologia, foi secretário municipal de urbanismo da capital carioca, e em, 2014 assumiu a presidência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, foi responsável também pela criação da *Think Tank* (Centro Brasil no Clima), onde é o diretor, e desde 2016, assumiu um cargo não remunerado como secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). Ver em <https://www.climaesociedade.org/post/entrevista-alfredo-sirkis>

¹⁵ As outras obras que fazem parte da trilogia são *O crepúsculo do macho* (sobre o exílio) e *Entradas e Bandeiras* (sobre a volta ao Brasil).

embaixador por intermédio do chefe de sua segurança pessoal como, por exemplo, a ausência da bandeira americana no carro oficial que conduzia Elbrick pelas ruas do Rio de Janeiro:

- Como assim? Perguntou Vera. Ele a olhou como homens que olham para as mulheres que eles julgam idiotas e disse: - Minha filha, não adianta explicar muito porque você não entenderia. De qualquer maneira, imagine bem: se alguém vê a bandeira americana no carro, imediatamente compreende que isto tem a ver com os Estados Unidos. O carro agora anda sem bandeira (GABEIRA, 1979, p. 110).

Vera Magalhães (personagem feminina de grande representatividade dos grupos de resistência, foi torturada, teve graves sequelas e foi para o exílio com Gabeira, que por um período foi seu companheiro) teve como missão, na ocasião, enganar o chefe de segurança e sondar a casa do embaixador, ao passo que os demais procuravam um local para o qual levariam o sequestrado. Depois disso, dividiram-se em três grupos, um para o roubo de carros, outro que faria a intercepção do sequestro e um terceiro grupo que daria cobertura à ação.

Em seguida, foi redigido por Franklin Martins um manifesto¹⁶ em um único parágrafo que sintetizava o que o grupo queria, ou seja, a libertação de 15 prisioneiros

¹⁶ Trecho no manifesto por Franklin Martins: A vida e a morte do Sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o Sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são: a) A libertação de quinze prisioneiros políticos. São quinze revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses quinze homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração. A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país. Os quinze prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado _ Argélia, Chile ou México _, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação. A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos quinze líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o Sr. Burke Elbrick será justificado. Os quinze companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma “situação excepcional”. Nas “situações excepcionais”, os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da junta militar. As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências. O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas. Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente”. *Ação Libertadora Nacional (ALN)/Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)* Disponível em: <https://jornalgn.com.br/historia/manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969-por-franklin-martins/>.

políticos e a divulgação do manifesto nas rádios e emissoras de televisão. Assim, eles conseguiram que a troca fosse realizada e os quinze prisioneiros políticos foram transportados para a Cidade do México, onde se exilaram.

Em *A ditadura escancarada* (2002), Elio Gaspari observa que:

[...] O sequestro de Elbrick foi a mais espetacular das ações praticadas pela luta armada brasileira. Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu como pela humilhação imposta aos chefes militares, que, tendo atropelado a Constituição, viram-se encurralados por alguns jovens de trabucos na mão (GASPARI, 2002, p. 97-98).

Mesmo sendo uma ação espetacular, como comentou Gaspari, nem tudo foi tão espetacular assim, principalmente pelas consequências sofridas por aqueles que não estavam diretamente envolvidos com a ação. Falhas banais no esquema de segurança dos guerrilheiros fez com que a casa na qual escondiam Elbrick fosse descoberta antes mesmo do fim do sequestro.

Foram me buscar lá no quarto do Embaixador. Era oficialmente o morador da casa e eu tinha que abrir a porta. Que situação seu doutor: na minha frente dois oficiais do Exército ou do diabo que fosse; nas minhas costas três guerrilheiros da ALN apontando metralhadoras e espingardas de cano cortado. Era fundamental que se entendessem bem, e não brigassem, porque certamente um dos estilhaços iria me atingir (GABEIRA, 1979, p. 120).

Podemos perceber que o povo brasileiro passou, durante o período da ditadura, por momentos difíceis, pois, para os militares, todos eram suspeitos, ou seja, mesmo que a pessoa não tivesse nenhuma relação com os envolvidos nos grupos mencionados, de forma direta ou indireta, passaria por algum tipo de constrangimento. Gabeira sintetiza o que ocorreu com alguns dos guerrilheiros envolvidos no sequestro:

Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo sob tortura em São Paulo; Jonas, o comandante da ação, massacrado a pontapés pela equipe do capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes. Alguns foram presos e liberados, depois de cumprirem a pena; outros foram liberados por sequestros e vivem em lugares diferentes no exílio... Sobrevivi e pensei que talvez fosse interessante contar a história (GABEIRA, 1979, p. 130).

Além dos envolvidos nos sequestros, os suspeitos também foram caçados a todo custo, como o caso do líder da ALN, Carlos Marighella, que acabou caindo em uma emboscada feita pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), quando, após sessões de tortura, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury¹⁷ usou os freis dominicanos Ivo e Fernando como iscas. Segundo Bungart Neto,

¹⁷ Em entrevista ao apresentador Alberto Dines para o Observatório da Imprensa publicado em 23 de setembro de 2014, o ex-delegado Claudio Guerra, do DOPS do Espírito Santo, confirma o assassinato do

Apesar do sucesso das reivindicações dos sequestradores (divulgação do manifesto e libertação de quinze prisioneiros), o saldo não é positivo, como admite o próprio Gabeira, relacionando o episódio do assassinato de Marighella, em uma emboscada preparada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em São Paulo, em novembro de 1969, à reação do Exército ao rapto extremamente provocador (BUNGART NETO, 2014, p.11).

É possível constatar que, após o sequestro do embaixador, os grupos de esquerda não tiveram um saldo positivo. Com a morte do líder Marighella, foi oportuno perceber um grande problema, pois a repressão mostrou sua verdadeira face, ou seja, o objetivo dos militares era acabar com a luta armada, com a resistência, mas ela resistiu.

Gabeira caiu na clandestinidade, após o sequestro, saindo do Rio de Janeiro e se estabelecendo em São Paulo, disfarçado como operário antes de ser descoberto e capturado pela polícia. Ele levou um único tiro – que perfurou vários órgãos de seu aparelho digestivo – e os policiais do DOPS o levaram para o hospital. Lá, ele dizia ser “João, guerrilheiro” (GABEIRA, 1979, p. 151). Nesse episódio, outros companheiros já sabiam e planejavam, da mesma forma, retirá-lo da prisão, como salienta Sirkis, que participou do sequestro de dois outros embaixadores, como se verá a seguir:

Depois de um tremendo tiroteio que não matou ninguém, por milagre, caíram Vera Silvia, com um tiro de raspão na cabeça, o Zílio, três balas no corpo, e vários outros companheiros, inclusive o Daniel, ex-presidente da UME. Semanas antes, em São Paulo, outro quadro importante do MR-8, o Fernando Gabeira, gravemente ferido na hora da prisão. Íamos tirar esse também (...) (SIRKIS, 1980, p. 158).

Em razão do tiro, Gabeira foi operado, mas logo passou por interrogatório e, por conta do pós-cirúrgico, não conseguia responder nada. No dia seguinte, então, foi levado ao hospital militar, onde passou por outro interrogatório. Depois de alguns dias revelou quem era e acredita ter passado pelo “soro da verdade”. Conta que muitos que se calaram morreram e, no seu caso, havia sido “especial”, pois levou um tiro que atingiu o fígado, estômago e rim e, por isso, talvez não o tenham torturado, como ele havia visto acontecer com os outros:

Entre os que nada falaram, alguns morreram, outros não. Meu caso foi muito especial. A bala atingira o rim, o estômago e o fígado. Sondas e tubos de soro eram indispensáveis. Não poderiam me pendurar no pau-de-arara sem risco de morte, nem poderiam me fazer sentar na Cadeira do Dragão, que era uma cadeira eletrificada. O que se fazia de tortura, se fazia ali na cama ou não se fazia. Você poderia jogar com as sondas arrancando bruscamente a sonda do pênis; poderia ameaçar contar o soro. O básico dos interrogatórios era vencer pelo cansaço. (GABEIRA, 1979, p. 154-155).

torturador Sergio Fleury pelos próprios militares. Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/observatoricoepisodio/claudio-guerr-um-matador-arrepentido>. Sobre a morte de Marighella, conferir o já citado *Batismo de sangue*, de Frei Betto.

Em seguida, retornou ao Rio de Janeiro e só foi libertado quando saiu a lista dos 40, com o sequestro do embaixador alemão, do qual Sirkis tomou parte e é mencionado em seu capítulo intitulado *O sequestro do alemão*:

Por razões óbvias, a VPR, a VPR e a ALN tinham a parte do leão da lista, mas pedíamos também companheiros do MR-8, Fernando Gabeira, a Vera Silvia, Daniel e Cid, irmão do Cesinha. Um lapso imperdoável, a não inclusão de Claudio Torres, que participara do sequestro de Elbrick. (SIRKIS, 1980, p 204)

O escritor Marcos Faerman, no prefácio de *Roleta chilena*, comenta que “Alfredo Sirkis tem uma percepção (não me interessa se racional ou não) deste universo. Menino do Rio¹⁸, é um adolescente quando entra para a guerrilha e passa ao tipo de confronto com o poder que nos revela em *Os carbonários*” (apud SIRKIS, 1981, p. 10).

Sirkis iniciou sua participação em manifestações contra a ditadura aos dezoito anos de idade, integrando movimentos estudantis. Esteve presente na famosa Passeata dos Cem Mil, como evoca em *Os carbonários*:

Discursei pelas esquinas. Subi no poste e mandava o verbo pros curiosos, desancando o regime vigente... O finalzinho apoteótico era dedicado à derrubada da ditadura. As pessoas aplaudiam e eu pulava o poste convencido de ter ganho uns tantos futuros revolucionários para a luta (SIRKIS, 1980, p. 84).

Dentre os vários livros escritos por Sirkis, duas narrativas memorialísticas relacionadas à oposição à ditadura se destacam: *Os carbonários* (1980), prêmio Jabuti de 1981, já citado acima, e *Roleta chilena* (1981). Tendo conseguido escapar para o exílio a partir da Argentina e, posteriormente, entrando em território chileno, Sirkis não foi torturado e teve as seguintes identidades clandestinas: Alberto, Carlos, Camilo, Felipe e Gabriel.

Em *Os carbonários*, Sirkis narra os dois sequestros dos quais participara e sua atuação no grupo armado Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, liderada por Carlos Lamarca, ex-capitão que desertara do exército. Em *Roleta chilena*, cita sua fuga e a busca pelos sequestradores:

Nas vésperas da viagem recebi uns recortes de jornais brasileiros, debaixo das garrafais que saudavam a prisão ou identificação dos implicados nos raptos dos embaixadores alemão e suíço, em 1970. A foto dos meus dezoito anos, posando de terminho e gravata (SIRKIS, 1981, p. 33).

¹⁸ No início de *Os carbonários* (1980), Alfredo Sirkis narra sua participação nos movimentos estudantis, percebe-se que sua entrada nos grupos armados inicia-se através desses movimentos, pois ele era de uma classe social elitizado e não das camadas populares que iniciam sua participação através dos movimentos de trabalhadores.

Ele estava entre os que sequestraram os embaixadores da Alemanha e da Suíça. O sequestro do embaixador alemão Ehrenfreid von Holleben teve toda sondagem feita por Alex Polari, observando por dias toda a movimentação do embaixador. Tal sequestro ocorreu durante a Copa do Mundo no México. Com isso, no dia 11 de junho de 1970, após a ação, os guerrilheiros seguiram para o aparelho no qual ficaram, dentre outros, o embaixador, Alfredo Sirkis, Eduardo Leite e Manoel.

Em razão da necessidade de comunicação, Sirkis foi quem serviu de intérprete para o embaixador, com quem o jovem brasileiro conversava em inglês:

- You can get out of the box and make yourself comfortable. Over there is your room, your bed. The worse is over. We are sorry for the trip inside the box, it was the safest system. Soon I'll explain you our demands. Everything depends on the Brazilian dictatorship, we are sure that they will release the prisoners, as in both previous cases (SIRKIS, 1980, p. 189)¹⁹

Para a libertação, foi redigido um comunicado a partir do qual se exigia a libertação de quarenta presos políticos e a divulgação de um manifesto por intermédio dos meios de comunicação. A primeira notícia relatava o sequestro: “terroristas fortemente armados acabam de sequestrar, em Santa Teresa, o embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfreid von Holleben” (p. 192).

Na manhã do dia seguinte, foi publicado no jornal o manifesto, mas ainda sem a resposta oficial, sobre a libertação dos quarenta. No entanto, logo saiu a notícia de que o governo iria banir do país, enviando para Argel, quarenta presos políticos (p. 204). Sirkis e os companheiros comemoraram, sendo que ele ficou encarregado de comunicar o fato a Holleben, o qual não compreendeu muito bem:

- Now imagine you are worth forty political prisoners! - Fourteen? - perguntou sem entender direito. - No. Forty. You're worth more than twice ambassador Elbrick of the United States. Ele surpreendeu-se com o número de presos pedidos, mas deixou transparecer uma chispa de orgulho. (SIRKIS, 1980, pp. 202-203)²⁰

¹⁹ Você pode sair da caixa e ficar à vontade. Ali está seu quarto, sua cama. O pior já passou. Lamentamos a viagem dentro da caixa, foi o sistema mais seguro. Em breve, explicarei nossas demandas. Tudo depende da ditadura brasileira, temos a certeza de que libertarão os presos, como nos dois casos anteriores (tradução nossa).

²⁰ Agora imagine que você vale quarenta presos políticos! - Quatorze? - perguntou sem entender direito. - Não. Quarenta. Você vale mais do que duas vezes embaixador Elbrick dos Estados Unidos. O número de presos surpreendeu com pedido, mas também irá revelar uma centelha de orgulho (SIRKIS, 1980, pp. 202-203; tradução nossa).

O sequestro durou menos de uma semana, mesmo havendo um problema com a Kombi usada, o que irritou o embaixador por não poder ir embora logo após todo o desfecho da ação.

Já o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, ocorreu no dia 7 de dezembro de 1970, na zona sul do Rio de Janeiro, também pela VPR. Sirkis estava presente mais uma vez e faria novamente o papel de intérprete:

-You will be well treated. Disse assumindo de novo minhas funções de intérprete oficial da VPR. - Porra... Eu não sou americano, sou suíço. Não tenho nada com isso. Rapazes, vocês certamente cometeram um engano. Falava um português excelente, com leve sotaque (SIRKIS, 1980, p. 255).

Foi aparentemente o mais tranquilo dos sequestros para ambos os lados, pois o suíço apresentava ótimo humor, o que facilitou a convivência por quarenta dias. Eles chegaram a não usar máscaras, como ocorreu no sequestro do embaixador alemão, que pedia para não ver os rostos, mas o governo agia lentamente.

Nesses quarenta dias de negociação, aconteceram momentos difíceis e de grande responsabilidade nas decisões sobre o que fazer, considerando que o governo dificultou algumas situações e a tensão foi aumentando, pois nem Lamarca, nem Sirkis concordavam em “transferir” Bucher: “Eu temia as consequências. O que aconteceria com o embaixador?” (SIRKIS, 1980, p. 265).

Sirkis pensava que não era justo matá-lo, pois aquele homem não era um torturador ou alguém responsável pelo que acontecia no país. Bucher até chegou a perguntar para Sirkis sobre o risco que ele corria por um ideal político: “Será que vale a pena entrar nessa com vinte anos? Arriscar a vida por uma causa política? Você realmente está convencido de que pode mudar as coisas? Está realmente convencido disso?” (SIRKIS, 1980, p. 275). Sirkis afirmava que sim.

Com o desenrolar dos fatos, foi feita uma lista encaminhada com uma carta escrita pelo embaixador, devidamente carimbada, porém sem a rubrica de Bucher. Isso fez com que tivessem que endereçar uma nova carta.

O embaixador foi informado que seria uma troca por setenta presos políticos e ficara bem surpreso: “Setenta, setenta. Tinha ficado repetindo com os olhos arregalados e as duas mãos nos ouvidos. Achou graça quando alguém comentou que ele era o mais valioso de todos os embaixadores. A Suíça, quem diria” (SIRKIS, 1980, p. 274).

O sequestro do embaixador Bucher, apesar alguns contratemplos, teve bastante sucesso, pois foram espalhados até boatos de que ele nem havia sido sequestrado e que estava escondido em sua varanda:

O embaixador da Suíça voltou incógnito à resistência: disfarçado de embaixador da Suíça, num carro placa CD, da embaixada suíça. E ninguém notou! Só se dera conta quando o diplomata, lavado e com outra roupa, desceu as escadas radiante. O mordomo chamou os jornalistas que, estarecidos deram de cara com Bucher, dentro de sua casa, como um toque mágico. Ele já dava declaração à imprensa quando um dos policiais de plantão percebeu e deu alarme geral. Naquela hora, eu já estava no bar tomando minha vitamina de abacate (SIRKIS, 1980, p. 308).

Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis saíram para o exílio e, permanecendo fora por 9, 10 anos, ambos retornam ao Brasil, somente em 1979, assim como os demais exilados políticos, por conta da lei de Anistia, promulgada pelo presidente João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979.

1.3 “Chicho” Allende: do início de suas lutas políticas ao golpe de 11 de setembro de 1973

Destacaremos neste subcapítulo o golpe militar chileno, ocorrido em 11 de setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, com o intuito de favorecer a compreensão acerca do nosso objeto de análise, que são as duas narrativas escritas pelos ex-exilados políticos brasileiros, a saber: *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira; e *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis. Para isso, é preciso contextualizar historicamente o Chile de Allende, antes e depois do golpe de 1973.

Salvador Guillermo Allende Grossens nasceu no dia 26 de junho de 1908, em Valparaíso-Chile. Em 1926, cursando a faculdade de Medicina, iniciou sua ação política como dirigente estudantil e opositor da ditadura de Carlos Ibañez. Em 1933, participou da fundação do Partido Socialista do Chile e, seis anos depois, tornou-se ministro da saúde. A vida política de Allende foi marcada por trinta e três anos de atuação como deputado e senador, tendo sido presidente do Senado de 1936 a 1969. Foi casado com Hortencia Bussi e teve três filhas, Carmen Paz, Beatriz e Maria Isabel Allende.²¹

Em consequência da Revolução Cubana, o socialismo causava no inimigo uma angústia e desassossego, pois os norte-americanos sabiam que o Chile seria a peça que faltava para completar o tabuleiro. Assim, com Allende impedindo, seria difícil

²¹ Maria Isabel Allende seguiu os caminhos do pai. Ela é presidente do Partido Socialista, foi deputada de 1994 a 2010 e, atualmente, é Presidente do Senado da República do Chile, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo, assim como a neta de Allende, Alejandra Fernandez, que é presidente da Câmara dos Deputados do Chile (Maya como é conhecida é a filha de Beatriz (Tati), que estava grávida durante o golpe. Ela cometeu suicídio quatro anos após a morte de seu pai). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/María_Isabel_Allende

contornar a situação, pois, convenhamos, toda atitude tomada contra mostrava cada vez mais o poder de Allende, bem como o receio em relação a sua vitória. “Ninguém no Chile duvidava de que Frei desejasse impedir Allende de assumir a presidência, da mesma forma como, três anos depois, ele manobrou para que Allende fosse derrubado (...)” (VICÁRIO, 1979, p. 48).

Além disso, diferentemente de Allende, que pedia a nacionalização do cobre, ele ofereceu um planejamento aos interesses norte-americanos do cobre. Sendo assim, em 1964, os Estados Unidos, por meio da revista *El Mercurio* (jornal da família Edwards que, segundo Vicário, “(...) é uma das principais pontes econômico-financeiras com o capitalismo norte-americano”, p. 75), financiados pela CIA, apoiou claramente a candidatura de Eduardo Nicanor Frei Montalva à presidência:

Apenas alguns dias após a formação do primeiro ministério Allende, *El Mercurio* dedicou ao Frei a página colorida de domingo: uma grande fotografia do gênero solene, que se usa para os pretendentes do trono no dia de seu aniversário (VICÁRIO, 1979, p. 73).

Em sua trajetória como presidente, Frei Montalva acabou perdendo o apoio dos Estados Unidos. Temendo que o seu sucessor, o candidato Radomiro Tomic, não fosse eleito contra Allende, eles apoiaram Jorge Alessandri Rodriguez, que havia sido presidente da República entre 1958 e 1964.

Do fundo do liberalismo chileno, ornado com impressionante aparato tecnocrático, apoiados nas bases e plataformas do grande capital, aparece a imagem de um homem forte, misterioso e austero, ser de princípios rígidos, sem compromissos, de poucas palavras e de presença imponente: Jorge Alessandri Rodriguez. Tem por trás de si a sombra de seu pai, gestor com mais de cinquenta anos de política chilena. A direita confia em Dom Jorge (ALEGRÍA, 1983, p. 48).

Durante o golpe de 1973, Frei Montalva era senador e apoiou Pinochet. Já Alessandri, depois do golpe, colaborou com a junta militar fazendo parte do Conselho de Estado e participando da Nova Constituição, de 1980, que tinha como objetivo proteger o regime. Sabe-se que Pinochet, logo após a tomada do poder, já tinha interesse em promulgar uma nova constituição. Em outra passagem do registro do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, lê-se:

La ocupación militar del país pone fin al Estado de Derecho y el 18 de septiembre de 1973 se constituye la Junta de Gobierno. Es decretado el Estado de Sitio en todo territorio y se instaura el toque de queda. Decretos leyes y bandos instalan una nueva institucionalidad: se aplica la pena de muerte, se clausura el Congreso, se prohíben los partidos políticos y son destruídos los registros electorales (S/P).²²

²² A ocupação militar do país põe fim ao estado de direito e, em 18 de setembro de 1973, o Conselho Diretor é constituído. O estado de sítio é decretado em todos os territórios e o toque de recolher é

A trajetória de Allende era impecável, tanto social quanto politicamente. Ele foi Senador, Ministro da Saúde, lutou contra o imperialismo e os trabalhadores explorados pelo capitalismo americano que invadia toda a América Latina, o que nos leva a pensar mais sobre suas candidaturas, pois Allende chegou a se candidatar à presidência por quatro vezes com a Unidade Popular, composta por socialistas e comunistas, sendo que suas derrotas sempre tiveram uma manobra por trás.

O que levou Allende à presidência do Chile foi o clima político em que o país estava mergulhado, um clima de contrastes entre os diversos setores da burguesia, de crise econômica, política e social que, com abalos e paralisações periódicas, arrastava-se há uma década; a derrota do primeiro complot, organizado por Washington e pelos chilenos reacionários; o predomínio das tendências progressistas na democracia-cristã; a forma pela qual o momento que a sociedade chilena vivia influenciou os militares (VICÁRIO, 1979, p. 54-55).

Em 4 de setembro de 1970, Salvador Allende torna-se o primeiro presidente socialista do mundo eleito de forma pacífica e democrática. De forma apertada, Allende (36,6 %) vence Alessandrini (34,8%) e Tomic (27%)²³. Sabe-se que foi solicitado que o governo americano realizasse uma interferência em nome do Chile, não permitindo que Allende fosse empossado como presidente. Nesse clima de terror e conspiração, diversos atos criminosos aconteceram, como o assassinato do comandante chefe do exército, general Schneider:²⁴

Em relação à situação de então, o mecanismo armado em outubro de 1970 não era menos poderoso nem dispunha de menos apoio externo do que o que se desencadeou três anos depois. A ameaça à democracia chilena era muito grave e a escala golpista possuía diversos graus: antes de chegar ao ativista ou ao terrorista de base, deparava-se simplesmente com o Presidente dos Estados Unidos. Entre os conspiradores estavam as mais altas patentes das Forças Armadas e, como provou o assassinato do General René Schneider, era gente disposta a tudo (VICÁRIO, 1979, p. 41).

Para a CIA, Schneider figurava como uma afronta, pois era uma pessoa totalmente partidária da democracia. Dinges transcreve em seu livro um trecho de um relatório da agência norte-americana, no qual afirma que: “(...) Schneider apoiava com

estabelecido. Decretos de leis e bandas instalam uma nova institucionalidade: aplica-se a pena de morte, o Congresso é fechado, os partidos políticos são estabelecidos e os registros eleitorais são destruídos (s / p, tradução nossa).

²³ Allende, do Partido Socialista do Chile, representante dos partidos e grupos de esquerda (UP – Unidade Popular); Alessandrini, do Partido Radical Chileno e representante da direita; Tomic, do Partido Democrático Cristão e representante dos partidos de centro-esquerda. Ver VICÁRIO, 1979.

²⁴ Ver *Salvador Allende: A paz pelo socialismo*, de Fernando Alegría (1983). Em 28 de outubro de 1970, um comando terrorista e de ultradireita assaltou o automóvel do general-em-chefe do Exército, René Schneider, conhecido por sua atitude constitucionalista e por seu apoio às decisões do Congresso. Os golpistas tentavam provocar um levante militar culpando a esquerda pelo sequestro. O general Schneider, de pistola na mão, tentou se defender. Os terroristas descarregaram suas metralhadoras e o feriram mortalmente (p. 68).

firmeza a Constituição chilena e se transformou em um obstáculo importante no caminho dos oficiais militares que procuravam executar um golpe de estado para impedir que Allende tomasse posse como presidente” (*apud* DINGES, 2005, p. 44). Mesmo assim, diante dessa violência, a nação chilena apoiou seu novo presidente e, então, Allende tomou posse e assumiu o país em 3 de novembro de 1970.

Durante seu governo, as crianças tinham o direito, independentemente de classe social, de receber leite diariamente. Ele iniciou a reforma agrária e, a partir de um acordo com o Congresso Nacional do Chile, promoveu um ato de valorização do cobre. Segundo Vicário, “Allende chamou o cobre de ‘o salário do Chile’; o que é a pura verdade, uma vez que esse mineral representa entre 70 e 80% das rendas da nação. A nacionalização das jazidas e da indústria de extração atingia diretamente os grandes monopólios internacionais, como a Kennecot e Anaconda” (1979, p. 120). O cobre tornou-se produto nacional, assim como o ferro, o salitre e o carvão, fazendo com que o minério ficasse no Chile.

Allende nacionalizou o cobre e descontou do preço da indenização os monstruosos lucros das multinacionais norte-americanas. Em cinquenta anos, essas companhias ganharam uma soma de dólares superior ao valor de todo patrimônio do Chile em 400 anos de história (ALEGRÍA, 1983, p. 70).

O bloqueio financeiro impedia o Chile de fazer empréstimos internacionais para a exportação de sua principal matéria-prima, o cobre. Em um discurso proferido na ONU, em Nova York, no dia 4 de dezembro de 1972, Salvador Allende desafiou a elite chilena e o poderio norte-americano ao discutir a questão do cobre e denunciar o bloqueio feito pelos Estados Unidos;

Estamos conscientes de que cuando denunciemos el bloqueo financiero-económico con que se nos arremete, tal situación aparece difícil de ser comprendida con facilidad por la opinión pública internacional, y aun por algunos de nuestro compatriotas. Porque no se trata de una agresión abierta, que haya sido declarada sin embozo ante la faz del mundo. Por el contrario, es un ataque siempre oblicuo, subterráneo, sinuoso, pero no por eso menos lesivo para Chile (*apud* Casa de Chile em México, 1978, s/p)²⁵

Allende implantou o socialismo no Chile e instituiu a reforma agrária, teve ideias de liberdade e igualdade para o povo. De acordo com Zinani, em *História da Literatura: questões contemporâneas*, “(...) para os norte-americanos, dominadores do continente sul-americano, qualquer iniciativa para mudar a estrutura social vigente,

²⁵ Estamos conscientes de que, quando denunciemos o bloqueio econômico-financeiro com o qual somos atacados, essa situação parece difícil de ser facilmente entendida pela opinião pública internacional e mesmo por alguns de nossos compatriotas. Porque não é uma agressão aberta que foi declarada sem cobertura antes da face do mundo. Pelo contrário, é um ataque que é sempre oblíquo, subterráneo, sinuoso, mas não menos prejudicial para o Chile (tradução nossa).

poderia ser o indício do avanço comunista e precisava ser combatida” (ZINANI, 2010, p. 37).

As bases do socialismo não se firmaram como planejado por Allende, pois a nacionalização defendida pela Unidade Popular foi vista com desconfiança pelas empresas americanas. Com isso, surgiram fatos como o assassinato do general Schneider, substituído pelo general Carlos Prats²⁶. E, logo em seguida, ocorreu o bloqueio econômico que impossibilitava o Chile de fazer empréstimo internacional e, para piorar, em 1972, houve a greve dos caminhoneiros, claramente financiada pelo capital estrangeiro²⁷ e comandada por Leon Vilarin. Assim, a greve impossibilitou a colheita da safra de 1972 e 1973.

A agitação anti-Allende começou no final de setembro de 1972, com a paralisação dos caminhões, ônibus e táxis. Dela participavam proprietários, “pequenos proprietários” e também, em um número bastante significativo, motoristas. Numerosas categorias de empregados e profissionais liberais, comerciantes, proprietários de empresas e fábricas seguiram o exemplo do setor de transportes e recorreram ao *lockout*. Esse movimento foi chamado de “rebelião da classe média” e, pelos comunistas, de “greve da burguesia”. Foi o *paro de octubre - lockouts e abstenções do trabalho* -, “a crise mais grave da história chilena”, como declarou o então comandante-em-chefe do Exército, General Prats (VICÁRIO, 1979, p. 141-142; grifos do autor).

No dia 29 de junho de 1973, o governo de Allende sofreu o *El tacnazo*, ou seja, a primeira tentativa de golpe, tentativa frustrada, pois foi descoberta pela inteligência do exército sob comando do general Prats: “O *tacnazo*, como foi batizada a rebelião do Regimento Armado n.º 2 (*Tacna*), terminou em poucas horas com a rendição dos oficiais amotinados nas mãos de Prats, ali mesmo na rua onde os tanques se tinham deslocado e disparado (...)” (VICÁRIO, 1979, p. 188; grifos do autor).

A tensão entre as partes tornava-se cada vez mais clara, mas Prats se recusou a participar do golpe e renunciou. A partir disso, Allende nomeou outro militar para o posto. Dessa maneira, Augusto José Ramón Pinochet Ugarte tornou-se o novo comandante do exército. Allende julgou que podia confiar no General Pinochet, sem saber, obviamente, que o próprio general era um dos principais artífices do golpe militar que o derrubaria dali a menos de três meses.

²⁶ Carlos Prats era Comandante Chefe do exército chileno, sucessor de René Schneider e antecessor de Augusto Pinochet. Ele foi assassinado pela DINA em 30 de setembro de 1974, na Argentina. Ver DINGES, 2005, p. 117 a 130.

²⁷ Ver VICÁRIO (1979), p. 141 e 142, sobre o dia do “paro de octubre”, a intervenção estrangeira e a conspiração de direita.

O clima tenso continuou durante os meses de julho e agosto até que, em 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas e as forças políticas apoiadas pela CIA rompem com a tradição democrática e dão início a um golpe de estado, sitiando as *poblaciones* (bairros operários) nos arredores de Santiago, tomando o centro da capital e bombardeando o Palácio La Moneda:

11 de setembro de 1973, Santiago, Chile (...). Foi o dia em que o general Augusto Pinochet Ugarte bombardeou o palácio presidencial, símbolo da democracia mais longa e duradoura do continente. O golpe de Estado de Pinochet foi calorosamente apoiado pelo governo norte-americano (DINGES, 2005, p. 19-20).

Na manhã desse dia, o Presidente Salvador Allende estava na casa de Tomas Moro quando os aviões começaram a bombardear as torres das rádios que apoiavam o governo. Allende seguiu para o Palácio La Moneda e buscou insistentemente localizar o paradeiro do general Pinochet, então Chefe do Exército, líder da conspiração que o traía. Em *Salvador Allende* (1973), Enrique Lafourcade reproduz os momentos finais da vida de Allende, transcrevendo trechos de sua fala:

Comuníqueme com él General Pinochet... sí, él es Jefe de la sedición... Lo quiero a él. ¿Cómo? El general no atende el telefono... Usen el citófono... Hola, Ministerio de Defensa... Aquí, el Presidente de Chile... ¿General Palacios Rhuman? ¡No! ¡No quiero el general Palacios! ¡Pónganme al general Pinochet! ¡No quiero entenderme con el general Herman Brady! ¡Habla el Presidente de la República! Compañero Presidente, el general Sergio Arellano al citófono... afirma estar a cargo del operativo en el centro... ¡Quiero a Pinochet! ¡El es la cabeza! (*apud* LAFOURCADE, 1973, p.19)²⁸

Em seguida, com a revelação de traição de Pinochet, o general Arellano solicita que o presidente se renda:

Compañero Presidente, el general Arellano manifiesta que habla por expreso mandato de la Junta. Exige rendición incondicional. Ofrece un avion para usted y quienes usted quiera llevar. Exige respuesta... Exige, exige respuesta... Exige... ¡Ala mierda! ¿Me oyes? ¡A la mierda el general Arellano! ¡No hay rendición! ¡Dile que el Pueblo de Chile que me eligió, para hacer la revolución, que Chile es la revolucion ...y que yo soy Chile! (*apud* LAFOURCADE, 1973, p.19)²⁹

²⁸ Comunique-me com o general Pinochet... sim, ele é o chefe da sedição ... eu o amo. Como? O general não atende o telefone ... Usa o intercomunicador ... Olá, Ministério da Defesa ... Aqui, o Presidente do Chile... General Palacios Rhuman? Não! Eu não quero o general Palacios! Pegue-me o general Pinochet! Eu não quero me dar bem com o general Herman Brady! O Presidente da República fala! Camarada Presidente, General Sergio Arellano ao intercomunicador... ele alega estar encarregado da operação no centro... Quero Pinochet! Ele é a cabeça! (*apud* LAFOURCADE, 1973, p.19; tradução nossa).

²⁹ Camarada Presidente, General Arellano afirma que ele fala por mandato expreso do Conselho. Requer rendição incondicional. Ofereça um avião para você e quem você quer levar. Exige uma resposta... Exige, exige uma resposta... Exige... Ah merda! Você pode me ouvir? Foda-se o general Arellano! Não há rendição! Diga-lhe que o povo do Chile que me escolheu, para fazer a revolução, que o Chile é a revolução... e que eu sou o Chile! (tradução nossa).

Allende recusa indignado a oferta de sair do país. O Presidente que tanto lutou pelo seu povo, não desistiria de lutar por ele e assim o fez até o fim, sendo coerente com sua orientação política e ideológica.

Antes de atacarem La Moneda, foi solicitado que saíssem de lá todas as mulheres e quem estivesse desarmado, isto é: “mujeres y niños que no sean necesarios para la defensa deben salir (cuales niños?). Yo ordeno que las mujeres salgan. Yo no me voy a rendir, pero sería um sacrificio estéril si ustedes hicieran lo mismo”³⁰ (*apud* LAFOURCADE, 1973, p.135).

Figura 1. A última imagem do presidente Salvador Allende (manhã do 11 de setembro de 1973)



Fonte:www.brasildefato.com.br

A rádio Magallanes era a única que ainda estava transmitindo o recado de Allende ao povo: “Saímos à procura da Rádio Magallanes, a última emissora pró-Allende ainda no ar”, evoca SIRKIS (1981, p. 19). Após um tempo em busca de Pinochet, Allende foi alertado de que o general estava por trás da ação. Logo após o último discurso de Salvador Allende³¹, a rádio foi calada.

³⁰ Mulheres e crianças que não são necessárias para a defesa devem sair (quais crianças?). Eu ordeno que as mulheres saiam. Não me renderei, mas seria um sacrificio estéril se você fizesse o mesmo (tradução nossa).

³¹ Ver trechos do discurso de Allende transcritos na nota de rodapé 3 de *Roleta chilena*, de Sirkis (1981, p. 19-21): “Seguramente, esta será a última oportunidade em que poderei dirigir-me a vocês. A Força Aérea bombardeou as antenas da Rádio Magallanes. Minhas palavras não têm amargura, mas decepção. Que sejam elas um castigo moral para quem traiu seu juramento: soldados do Chile, comandantes-em-chefe titulares, o almirante Merino, que se autodesignou comandante da Armada, e o senhor Mendoza, general rastejante que ainda ontem manifestara sua fidelidade e lealdade ao Governo, e que também se autodenominou diretor geral dos carabineiros. Diante destes fatos, só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo. E lhes digo que tenho a certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. [Eles] têm a força, poderão nos avassalar,

Allende empenhou-se em resistir, mesmo sabendo da traição do general Augusto Pinochet.

Allende e seus companheiros combatem até o fim. Um comando do exército irrompe em La Moneda e sobe ao segundo andar - foco da resistência -, disparando suas metralhadoras. Junto com Allende, caem metralhados os jovens combatentes de sua guarda pessoal (ALEGRÍA, 1983, p. 82).

Com a invasão de La Moneda, Allende teve a chance de sair do país em um avião com sua família, porém disse que só sairia de lá morto.

Están tomando el control de la ciudad...¡Eso fue ayer , ayer lunes, más bien hoy martes, ya que era pasada la medianoche, la Armada se estaba apoderando de Valparaíso, sus hijas ya se habían ido, entre los tanques, las barricadas, los automóviles... lo único que realmente fue mio... corría po los pasillos, no hay rendición!...¡A ver , los valientes, conmigo!, a dar esa palea, a las ventanas, com sus últimos hombres fieles, le habían enseñado a manejar su AK-47, se regaló Fidel... (apud LAFOURCADE, 1973, p.139)³²

Alguns afirmam que ele se matou, outros acreditam que ele foi morto pelos soldados: “Disseram-nos que saiu na frente de seus guarda-costas e deixou-se metralhar. Um gesto muito dele, não te parece? Tinha que ser algo assim” (ALEGRÍA, 1983, p. 84). Em *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (2004), o jornalista Flávio Tavares esclarece sua opinião a respeito de qual teria sido a escolha de Allende:

Ser varado por balas por um militar de terceira, que recebera ordem de assaltar a sede do poder, seria humilhante, não estava à altura de Allende.

mas não se detêm os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos. Trabalhadores de minha Pátria: quero agradecer-lhes a lealdade que sempre tiveram, a confiança que depositaram em um homem que foi apenas intérprete de grandes anseios de justiça, que empenhou sua palavra e que respeitaria a Constituição e a lei, e assim o fez. (...) Dirijo-me aos profissionais da Pátria, aos profissionais patriotas que continuaram trabalhando contra a sedição auspiciada pelas associações profissionais, associações classistas que também defenderam os lucros de uma sociedade capitalista. Dirijo-me à juventude, àqueles que cantaram e deram sua alegria e seu espírito de luta. Dirijo-me ao homem do Chile, ao operário, ao camponês, ao intelectual, àqueles que serão perseguidos, porque em nosso país o fascismo está há tempos presente; (...) Seguramente, a Rádio Magallanes será calada e o metal tranquilo de minha voz não chegará mais a vocês. Não importa. Vocês continuarão a ouvi-la. Sempre estarei junto a vocês. Pelo menos minha lembrança será a de um homem digno que foi leal à Pátria. O povo deve defender-se, mas não se sacrificar. O povo não deve se deixar arrasar nem tranquilizar, mas tampouco pode humilhar-se. Trabalhadores de minha Pátria, tenho fé no Chile e seu destino. Superarão outros homens este momento cinzento e amargo em que a traição pretende impor-se. Saibam que, antes do que se pensa, de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor. Viva o Chile! Viva o povo! Viva os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho certeza de que meu sacrifício não será em vão. Tenho certeza de que pelo menos será uma lição moral que castigará a perfídia, a covardia e a traição”.

³² Eles estão tomando o controle da cidade... Isso foi ontem, segunda-feira, hoje terça-feira, já que era meia-noite, a Marinha estava tomando Valparaíso, suas filhas já haviam partido, entre os tanques, o barricadas, carros ... a única coisa que realmente era minha ... correu pelos corredores, não há rendição! ... Vamos ver, os bravos, comigo !, para dar essa palea, para as janelas, com a última homens fiéis, ele aprendera a manusear sua AK-47, Fidel se entregou ... (apud LAFOURCADE, 1973, p.139; tradução nossa).

Alguém como ele não se deixaria matar pelo invasor. (...) Só o suicídio poderia salvá-lo. Só o suicídio, no bojo da resistência, o fazia vitorioso no topo da derrota (TAVARES, 2004, p. 29).

Segundo o Jornal *El País* (2014) o presidente Allende havia se sentando em um sofá, colocado um rifle entre as pernas, apoiando-o em seu queixo, e assim disparou.

Em consequência dessa ação, seu corpo ficou em uma posição tal que sua cabeça pendeu para a direita e se inclinou sobre o tórax. “A caixa craniana teve uma perda grande de massa encefálica, que ficou espalhada no chão e na parede localizada às suas costas”, relata o texto dos tribunais chilenos.³³

O que nos confirma que sua morte se deu realmente decorrente de suicídio e não em combate com soldados. Com a morte de Allende, Pinochet, após algumas semanas, tornou-se o governante que deu fim ao Estado de Direito, governando o Chile de maneira ditatorial por dezessete anos. Segundo Dinges, Pinochet torna-se, então, uma referência da direita latino-americana: “A derrubada de Allende o transformara num herói nas redes de extremistas fascistas que restaram da Segunda Guerra Mundial na Europa” (2005, p. 194). Pinochet foi um dos ditadores mais cruéis da América Latina e o Chile passou pelos piores momentos de sua história durante seu governo. Muitos sofreram torturas físicas e psicológicas, repressão, censura, houve muitas mortes e desaparecimentos, sendo que muitos brasileiros também estavam entre estes. Segundo Alegría, na noite de 4 de setembro de 1973, uma semana antes do golpe, mais de meio milhão de chilenos saíram às ruas de Santiago gritando:

Allende, Allende, o povo te defende... Ao entardecer de 11 de setembro, uma patrulha de soldados e bombeiros retirou o cadáver de Allende numa modesta maca, coberta com uma manta boliviana. Do palácio de La Moneda, só restaram ruínas (ALEGRÍA, 1983, p. 89).

Pinochet contou com o apoio dos interesses norte-americanos, embora tenha sido considerado um traidor por Salvador Allende. Os Estados Unidos, portanto, foram um dos principais envolvidos não somente no golpe de 1973, mas também em muitos outros marcos da história da América Latina. Vicário diz que “(...) Após a última guerra mundial e, especialmente depois da vitória e da afirmação da Revolução Cubana, as influências e interferências dos Estados Unidos sobre os exércitos latino-americanos aumentaram rapidamente” (VICÁRIO, 1979, p. 86).

Os norte-americanos tinham receio de que acontecesse algo sem que eles não tivessem total controle e, além disso, os militares e a classe alta chilena não aceitavam o

³³ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/08/internacional/1389150004_229285.html

tipo de governo que o presidente Salvador Allende defendia. Para Alegria, “o caminho chileno para o socialismo parecia se fechar em meio a violências e ódios” (1983, p. 75).

Em 2019, o golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, completará 46 anos. O país viveu uma ditadura sangrenta liderada por Pinochet, que matou mais de três mil pessoas e teve mais de trinta e oito mil pessoas torturadas, inclusive, a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, que foi detida, em 1975, com sua mãe e, juntas, passaram por torturas psicológicas e espancamentos no Centro de Detenção Villa Grimaldi. Logo depois disso, então, seguiram para o exílio na Alemanha, visto que seu pai havia sido assassinado um ano antes.

CAPÍTULO 2 - AUTOBIOGRAFIAS, MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS

“La memoria guardará lo que valga la pena. La memoria sabe de mí, más que yo; y ella no pierde lo que merece ser salvado”. (Eduardo Galeano)

Este capítulo tem como objetivo compreender alguns conceitos sobre a memória e as manifestações da literatura testemunhal, considerando tais manifestações como documentos ou registros de experiências vividas, buscando resgatá-las para reconstruí-las no presente.

Os textos escritos durante a década de 1980, na América Latina, principalmente após os períodos ditatoriais, tiveram bastante destaque, pois os escritores passaram a escrever suas memórias nas quais testemunharam fatos graves ocorridos durante esse tempo, bem como denunciam, por meio de suas obras, as barbáries por trás dos bastidores do regime militar, tal como ocorre nas obras *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira, e *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis, objetos de nossa pesquisa.

Para compreender as definições específicas de termos como “autobiografia”, “memória coletiva” e “testemunho”, bem como com o intuito de acompanhar as reflexões iniciais, utilizaremos conceitos de teóricos como Philippe Lejeune (2008), Maurice Halbwachs (2000) e Márcio Seligmann-Silva (2003).

A memória, além de fazer com que possamos retomar lembranças do passado, expõe fatos importantes sobre determinados assuntos, e, por outro lado, pode ser definida como uma forma de narrativa de cunho histórico. Essas narrativas reúnem os fatos que o autor/narrador/personagem vivenciou, como veremos nas narrativas de cunho autobiográfico agrupadas por Lejeune sob a designação de “escritas do eu”.

Como se verá, Lejeune conceitua a autobiografia a partir de uma proposição que leva em consideração uma espécie de “contrato de leitura” entre narrador e leitor, o chamado *pacto autobiográfico*, um acordo tácito entre a tríplice identidade autor-narrador-personagem e seu leitor implícito. Nesse viés, buscaremos refletir sobre o gênero memorialístico que se enquadra no que chamamos de textos referenciais, textos estes que relatam a história da vida de um sujeito e demonstram como seu relato/testemunho pode servir como registro para documentar uma história mais coletiva.

Em seguida, discorreremos sobre o conceito de memória coletiva, desenvolvido por Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2000); e sobre testemunho, na obra *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, de Marcio Seligmann-Silva (2003).

2.1 A autobiografia, por Philippe Lejeune

Abordaremos, neste item, subgêneros memorialísticos como a biografia e a autobiografia, no qual discutiremos sobretudo a teoria do “eu” e o pacto autobiográfico de Phillippe Lejeune.

Podemos encontrar três tipos de narradores: a) o heterodiegético, quando o narrador não é personagem da história; b) homodiegético: o narrador é personagem, mas não é o protagonista; e c) autodiegético: quando o narrador e o personagem são protagonistas da história narrada, como nas autobiografias.

As obras (auto)biográficas são relatos da vida de uma pessoa, feitos por ela própria (autobiografia) ou por terceiros (biografia). Este último compõe-se por meio de um texto narrado em terceira pessoa que destaca um conjunto de informações sobre a vida do biografado. Em *Janelas indiscretas: ensaio da crítica biográfica* (2011), Eneida de Souza comenta que:

(...) A elaboração de perfis biográficos deve contemplar não só o que se refere à obra publicada do autor, mas também os objetos pessoais, imprescindíveis à recomposição de ambientes de trabalho, de hábitos cotidianos e processos particulares da escrita (SOUZA, 2011, p. 41).

O subgênero que discutiremos em detalhe é a autobiografia. Etimologicamente, o termo é proveniente do grego, composto pela palavra *autós* (“próprio”), *bíos* (“vida”), e *gráphein*, “escrever”. Ou seja, “escrever sobre a própria vida”. Lejeune explica que a autobiografia se concentra na “história individual” do autor, ao passo que as memórias são mais coletivas (2008, p. 14-15) e descrevem, por exemplo, a relação do indivíduo com sua família, colegas de escola ou de geração, etc. De acordo com Moisés, a autobiografia entrou em uso

(...) por volta de 1800, sendo registrada em Inglês pela primeira vez num artigo de Robert Southey, em torno da Literatura Portuguesa, publicado em 1809 (Weintraub, 1975, p. 821), e em Francês no ano de 1842 (*Petit Robert*), se bem que a atividade literária por ele designada remonte aos séculos do Cristianismo, mais precisamente desde Santo Agostinho e suas *Confissões*, escritas no ano de 400 (MOISÉS, 2004, p. 45).

Philippe Lejeune, professor e crítico francês, em *O pacto autobiográfico* definiu autobiografia da seguinte forma: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 17). Sobre a autobiografia, o crítico acrescenta também que:

A autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala. Esse é um critério muito simples, que define, além da autobiografia, todos os outros gêneros da literatura íntima (diário, autorretrato, autoensaio) (LEJEUNE, 2008, p. 24).

A partir da publicação de *L'autobiographie en France* (1975), Lejeune estudou o gênero autobiográfico escrevendo ensaios e livros sobre o assunto, tais como *Le pacte autobiographique* (1975), traduzido para o português somente em 2008 (*O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*), já com acréscimos, correções e atualizações.

Tentei fazê-lo em *L'autobiographie en France* para ter condições de estabelecer um corpus coerente. Mas minha definição deixava em suspenso um certo número de problemas teóricos. Ao fazê-lo, deparei-me fatalmente com as discussões clássicas sempre suscitadas pelo gênero autobiográfico: relações entre biografia e autobiografia, relações entre romance e autobiografia. Problemas irritantes pela repetição dos argumentos (LEJEUNE, 2008, p. 13).

No texto reescrito em 1998, Lejeune retoma o “contrato” com a preocupação de esclarecer alguns pontos, ou problemáticas, que sua obra anterior havia deixado de lado e que necessitavam ser retomados. O que se percebe, em primeiro lugar, na leitura de sua nova versão, é que ele passa a utilizar o pronome “eu”, no lugar de “nós”. Além disso, o texto busca uma reflexão sobre a narrativa autobiográfica, ao invés de apenas defini-la como um gênero.

No início de seu texto, Lejeune questiona, justamente, se seria possível definir o que a autobiografia discute, isto é, problemáticas que ele rotula como “irritantes” por serem repetitivas, como as relações entre os gêneros (autobiografia e biografia / autobiografia e romance). Ele esclarece também o elo entre a tríplice identidade autor/narrador/personagem.

O gênero memorialístico se divide em vários subgêneros – além dos já mencionados autobiografia e memórias, temos os diários, as cartas, os poemas autobiográficos, dentre vários outros.

Para Moisés (2004), é “difícil traçar o limite exato entre a autobiografia, as memórias, o diário íntimo e as confissões, visto que apresentam, cada qual ao seu modo, o mesmo extravasamento do eu”, cada um com suas peculiaridades:

Enquanto a autobiografia permite supor o relato objetivo e completo de uma existência, tendo ela própria como centro, as memórias implicam uma vontade na reestruturação dos acontecimentos e a inclusão de pessoas com as quais o biógrafo teria entrado em contato, por outro lado, ao passo que o diário constitui o registro dia a dia de uma vida, quer dos eventos, quer das suas marcas na sensibilidade, as confissões decorrem do esforço sublimar, pela autorretratação, as vivências dignas de transmitir ao leitor (MOISÉS, 2004, p. 46).

Essas narrativas coincidem com a voz do autor empírico (pessoa real), isto é, implica dizer que o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação, vai criar hipóteses para um leitor-modelo, como “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar” (ECO, 1994, p. 15) e que, por sua vez, identifica-se com a autoria indicada na capa do livro.

O autor é, portanto, o mesmo indivíduo que narra e de quem se fala (protagonista), cuja verdade do que discorre por meio do relato/memória só se dá a partir de um pacto entre quem escreve (autor) e quem lê (leitor), o que contribui para a suposta verdade do que foi relatado.

A semelhança que existe entre a identidade do personagem principal e o autor é que se constitui a identidade de quem narra, bem como por meio dessa identidade é que a história vai aos poucos sendo revelada e descoberta. Para Lejeune,

(...) a importância do contrato, que determina, de fato, a atitude do leitor: se a identidade não for afirmada (caso da ficção), o leitor procurará estabelecer as semelhanças, apesar do autor; se for afirmada (caso da autobiografia) terá a tendência procurar as diferenças (erros, deformações, etc.). Diante de uma narrativa de natureza autobiográfica, o leitor frequentemente pergunta-se pelo limite, ou seja, procura as rupturas do contrato (independentemente do contrato) (2008, p. 26).

Sendo assim, o leitor da narrativa autobiográfica “cobra” do autor a coerência com o pacto que ele próprio propõe. O pacto autobiográfico é, conforme Lejeune, “a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro”, sendo que “as formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar sua assinatura” (LEJEUNE, 1983, p. 26).

O que define a autobiografia para quem a lê, é, sobretudo, um contrato de identidade cujo selo é o nome próprio. O que é verdadeiro também para quem escreve o texto. Se eu escrevo a história da minha vida sem dizer o meu nome, como o meu leitor saberá que sou eu? É impossível que a vocação autobiográfica e a paixão do anonimato coexistem no mesmo ser (LEJEUNE, 2008, p. 33).

O mesmo pode ocorrer no pacto de referencialidade científica ou histórica, também definida por Lejeune e segundo a qual “propõem fornecer informações a respeito de uma realidade externa ao texto e submeter, portanto, a uma prova de verificação”. O teórico comenta que:

(...) o pacto referencial, no caso da autobiografia, é, em geral, coextensivo ao pacto autobiográfico, sendo difícil dissociá-los, exatamente como ocorre com o sujeito da enunciação e do enunciado na primeira pessoa. A fórmula de ser

“eu abaixo-assinado” passaria a ser juro dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade (LEJEUNE, 2008, p. 36-37).

Assim, o contrato determina o comportamento do leitor que, na autobiografia, buscará as semelhanças entre a vida e a narração do autor/narrador/personagem.

Devido ao caráter coletivo dos relatos de Gabeira e Sirkis, que resgatam as recordações de toda uma geração de jovens que atuaram em grupos armados e partidos clandestinos de combate à ditadura, acreditamos que as obras *O crepúsculo do macho* e *Roleta chilena* estariam mais adequadamente classificadas como “memórias” e não como “autobiografias”, por possuírem aspectos coletivos. Para melhor compreensão convém a leitura do próximo item, sobre as principais características da memória coletiva, conforme exposto por Halbwachs.

2.2 A memória coletiva

Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês formado pela *École Normale Supérieure*, onde estudou filosofia com importantes nomes como o filósofo francês Henri-Louis Bergson (1859-1941) e David Émile Durkheim (1858-1917).

Assim como Bergson, Durkheim também se dedicou à pesquisa científica para entender os fatos sociais e coletivos. As representações da memória individual e coletiva passam pela doutrina durkheimiana, que foi muito discutida no final do século XIX. Com efeito, foi a partir desses estudos que o conceito de Halbwachs sobre a memória coletiva foi sendo elaborado.

Observando e pesquisando sobre o fenômeno das representações coletivas, bem como se tais representações traduzem a forma como um determinado grupo pensa, como as práticas sociais e as marcas deixadas na memória dos indivíduos, Halbwachs passou a ser uma referência nos estudos sobre a memória coletiva.

Podemos dizer que sua inspiração se deu, especificamente, em uma obra de Durkheim, denominada *Le formes élémentaires de la vie religieuse*, publicada em 1912, a partir da qual o filósofo analisou a religião como um fenômeno social.

A explicação que propusemos da religião tem precisamente a vantagem de dar uma resposta a essa questão, pois o que define o sagrado é que ele é acrescentado ao real. Ora, o ideal corresponde à mesma definição: não se pode, portanto, explicar um sem explicar o outro. Vimos com efeito que se a vida coletiva, quando atinge um certo grau de intensidade, desperta o pensamento religioso, é porque determina um estado de efervescência que muda as condições da atividade psíquica (DURKHEIM, 1996, p. 466).

Portanto, segundo o filósofo, “não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana” (DURKHEIM, 1996, p. VII). No prefácio de *A memória coletiva* (1950), de Maurice Halbwachs, Jean Duvignaud comenta que:

Em sua obra de 1925, *Os contextos sociais da memória*, Maurice Halbwachs se mostra um rigoroso durkheimiano. Ao falar de classes sociais e logo depois do suicídio, ele vai além do pensamento do mestre da Escola Francesa: sua análise da memória se parece muito com a inspiração das *Formas elementares da vida religiosa* (apud HALBWACHS, 2006, p. 7).

Já em sua obra conhecida como *Os contextos sociais da memória*, publicada em 1925, o teórico questiona sobre a reconstrução da memória de indivíduos pertencentes ao mesmo meio social e, em 1939, Halbwachs teve um artigo publicado com o título de “A memória coletiva entre os músicos”, presente na versão final de *A memória coletiva*, publicada somente em 1950 por iniciativa de seus discípulos. Duvignaud acrescenta ainda que “o autor mostra que é impossível conhecer o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza para a reconstrução do que chamamos de memória” (apud HALBWACHS, 2006, p. 7-8).

A partir desse pensamento, podemos perceber que Halbwachs inovou a percepção sobre a memória coletiva ao confirmar a hipótese de que não conseguimos perceber o ato da recordação e das lembranças se não considerarmos os contextos sociais, pois são o alicerce para reconstruir a memória. As reminiscências, por exemplo, são as lembranças passadas que vêm à tona no presente. Nossas lembranças precisam de uma comunidade afetiva que é construída por meio do nosso convívio em sociedade e em grupos (escola, trabalho, igreja, família, entre outros).

Podemos, então, entender a memória como lembranças ou rememorações³⁴ de fatos já ocorridos, recordações, no tempo presente, de eventos passados. De acordo com Halbwachs, recorreremos à memória “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Além disso, ainda segundo o teórico francês, “o primeiro

³⁴ Ver GAGNEBIN, *Lembrar, escrever, esquecer* (2009, p. 55): “Rememoração implica uma certa ascensão da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito a lembrança nem as palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente”.

testemunho ao qual podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2006, p. 29).

A partir das pesquisas de Halbwachs, podemos compreender que a memória nos contextos tanto individual quanto coletivo se relaciona com as lembranças evocadas diretamente pelos indivíduos, ou contadas por terceiros:

Nossas lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Halbwachs ainda ressalta que, para “(...) confirmar uma lembrança não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Seguindo o pensamento citado de que nunca estamos sozinhos, entendemos que, de fato, levamos e trazemos conosco lembranças de indivíduos que conhecemos ao longo da vida. Uma experiência explicitada pelo teórico é a história do professor e do aluno que se encontram após alguns anos. O aluno relembra diversos fatos da vida escolar nos anos estudados com aquele professor, porém, esse professor pode não se recordar de todos os fatos relatados por seu aluno, pelo fato de não ter participado das mesmas atividades realizadas nos grupos dos quais esse aluno participou: “O professor delas estava excluído ou, no mínimo, quando os membros dessas sociedades o abrangiam, ele mesmo não sabia disso” (HALBWACHS, 2006, p. 35).

Os textos de caráter memorialísticos têm como objetivo rememorar o que se viveu, podendo nos conduzir aos cenários reais ou fictícios, mas tendo sempre como referência suas experiências. Essa forma de texto nos ajuda a compreender o passado e os fatos históricos vividos por outras gerações, pois essas leituras carregam consigo a memória individual e a memória coletiva. O autor procura entender a memória individual investigando o sujeito como um ser comum introduzido no meio social que consiste em ver o comportamento do outro nas experiências vividas.

Podemos afirmar, a partir da teoria de Halbwachs e dos estudos de Lejeune, que a memória individual é a lembrança sobre suas próprias experiências e que contém igualmente as memórias do grupo em que o memorialista se formou, como a família, a escola, trabalho etc. Sobre a memória individual, o autor comenta que:

(...) ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela

sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Já a memória coletiva é formada pelos fatos importantes, conservados como memória oficial. Ela tem relação com as lembranças individuais e coletivas que se destacam e tem significados na sociedade: “(...) a memória coletiva contém memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Em suma, podemos afirmar, de acordo com a teoria de Halbwachs, que a memória coletiva é compartilhada por esses grupos que se relacionam com acontecimentos históricos e/ou políticos específicos, como é o caso das ditaduras militares na América Latina. Em *Vuelvo para Vivir: testimonio de um sobrevivente* (2014), Paulina Loyola no comenta que “(...) és muy difícil tener un futuro si no hay una memoria colectiva del pasado, porque cada país es su historia y el modo como se enfrenta a nuevos hechos que esa misma historia y otras, van creando poco a poco”. (LOYOLA, 2014, p.40).³⁵

Um exemplo do caráter coletivo da memória histórica é o trabalho desenvolvido pelas várias “comissões da verdade” latino-americanas, que insistem em manter viva a necessidade de recuperação da memória dessa época. Nepomuceno, ao comentar a publicação do volume *Direito à memória e a verdade*, diz que “(...) trata-se de um documento imprescindível para o resgate daquilo que é estabelecido no seu título: o direito de todos nós à memória, à verdade” (NEPOMUCENO, 2015, p. 18).

O ato de lembrar, para um determinado grupo, confere representatividade diante dos fatos e acontecimentos, tais como eventos históricos significativos e, muitas vezes, traumáticos como, por exemplo, o golpe militar chileno de 11 de setembro de 1973, que matou milhares de pessoas, cujas memórias, iniciativas como o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, na capital, Santiago, nos trazem para uma reflexão e fazem questão de não deixar perecer, no intuito de servir de exemplo para as novas gerações, acerca daquilo que um regime autoritário é capaz de fazer.

³⁵ É muito difícil ter um futuro se não há memória coletiva do passado, porque cada país é a sua história e o modo como enfrenta novos fatos que essa mesma história e outros, estão criando pouco a pouco (tradução nossa).

Como podemos notar, a imagem do Museu da Memória dos Direitos Humanos pretende nos trazer para uma reflexão sobre o tempo obscuro que se abateu não somente sobre o Chile, mas por toda a América Latina durante a existência dos regimes militares.

O Museu da Memória foi inaugurado em 2010 pela presidente do Chile Verónica Michelle Bachelet Jeria que, como já mencionamos, foi torturada e teve seu pai, o general das Forças armadas do Chile (FACH) Alberto Bachelet, na época acusado de ser traidor por ter participado do governo de Salvador Allende, sendo tirado de sua própria casa, torturado, morrendo seis meses depois na prisão, em 1974.

Figura 2 – Imagem do Museu da Memória e dos Direitos Humanos em Santiago, Chile.



Fonte: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago de Chile.(ellibero.cl)

Segundo o *site* do museu, a visita se dá por meio de várias etapas e, logo na entrada, encontra-se o mural de fotos que vemos acima. Tais fotografias são de pessoas vítimas da ditadura não somente no Chile, mas também em vários países.

Notamos, como isso, que cada sociedade configura o espaço à sua maneira e, dessa forma, mantém viva “a memória de todos nós”, como foi revelado por Nepomuceno:

Tudo no Museu da Memória resgata, revela e refaz o que os responsáveis e os cúmplices do terrorismo de Estado ao longo desses dezessete anos tentaram ocultar. (...) No Museu da Memória conta-se essa história. As faces da brutalidade foram recuperadas. Há imagens de corpos dos mortos pelos militares e atirados no rio Mapocho. Há depoimentos gravados, há objetos pessoais, cartas, fotografias, artigos de jornal. Manchetes de louvação à matança denunciam a cumplicidade (muito mais que censura) dos grandes meios de comunicação (NEPOMUCENO, 2015, p.82,83)

Ou seja, mesmo que se negue esse passado, ele está vivo e exibido para que todos possam ver, ouvir e ser repassado, mostrando a que ponto um ser humano pode

chegar, nos levando a nos questionar como pessoas e refletir sobre nossas ações perante o outro.

Assim como os museus, os monumentos também servem para que possamos refletir a respeito e buscar compreender os fatos ocorridos no passado. O Brasil não tem um Museu da Memória, mas tem monumentos que contam a história desse período, como exemplo, o monumento conhecido como "Tortura Nunca Mais", localizado em Recife, do escultor Demétrio Albuquerque e inaugurado em 1993. Este foi o primeiro monumento do tipo construído no país e homenageia os mortos ou desaparecidos políticos, vítimas da ditadura militar representado na figura abaixo.

Figura 3 - Escultura de Demétrio Albuquerque



Fonte: wikipedia.org/wiki/Monumento_Tortura_Nunca_Mais

Contudo, podemos concluir que a memória é nossa identidade. Ela nos lembra de coisas que aconteceram no passado, mas nem sempre são como realmente pensamos, pois pode ser também uma memória construída a partir de uma história da infância, que alguém nos contou e essa história se forma como uma lembrança. A memória se mantém por intermédio dos processos de comunicação e produção de autobiografias, memórias, testemunhos, dentre outros tipos de relato, visto que, a partir disso, os fatos ocorridos no passado são transmitidos, ou seja, a memória coletiva se reconstrói com base nos significados do passado que, ressignificados, repercutem no presente.

2.3 O conceito de Literatura Testemunhal e as ditaduras na América Latina

Quando se pensa em literatura de cunho testemunhal, no Brasil, destaca-se o nome do teórico, crítico e professor Márcio Seligmann-Silva, que aborda na coletânea por ele organizada, intitulada *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes* (2003), a relação entre trauma e representação literária, entre o testemunho e o silêncio dentre os sobreviventes de guerras, campos de extermínio etc. Seligmann-Silva assina três capítulos da coletânea, além da “Introdução” e da “Apresentação da questão: a literatura do trauma”. Os demais capítulos analisam, sobretudo, a *Shoah* e relatos de sobreviventes de campos de extermínio nazista, mas há também um capítulo sobre literatura brasileira nos repressivos anos 1970, de autoria de Renato Franco (2003, p. 351) e outro sobre o *testimonio* latino-americano (PENNA *apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 297). Segundo Seligmann-Silva, “esta coletânea de ensaios tem por objetivo apresentar alguns aspectos das pesquisas realizadas nos últimos anos em torno da temática *testemunho na literatura*” (2003, p. 7; grifo do autor). Por exemplo, o aspecto da etimologia do termo:

Em latim, pode-se denominar o testemunho com duas palavras: *testis* e *superstes*. A primeira indica o depoimento de um terceiro em um processo; (...) o sentido de *superstes* é importante no nosso contexto: ele indica a pessoa que atravessou uma provação, o sobrevivente (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373-374).

Ou seja, o significado de testemunha no sentido jurídico é uma pessoa que atesta em juízo a veracidade dos fatos ocorridos, bem como no sentido utilizado corriqueiramente, a pessoa assiste ou participa de um evento e confirma a verdade desse acontecimento como, por exemplo, o caso dos testemunhos dos sobreviventes das grandes guerras, como o Holocausto³⁶, para Seligmann-Silva;

O testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico - ao qual o *testimonio* tradicionalmente se remete nos estudos literários - como também no sentido de “sobreviver”, de ter-se passado por um evento-limite, radical, passagem essa que foi também um “atravessar” a “morte”, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8).

³⁶ Ver em *O que resta de Auschwitz* (2008), que o filósofo Giorgio Agambem considera Holocausto um termo “infeliz”, que tenta atribuir significação a algo que não pode ter sentido: “O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso desse termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade (ou uma e outra coisa ao mesmo tempo)” (p.40).

Na introdução de *História, Memória e Literatura* (2003), o autor afirma que o testemunho não deve ser visto como um gênero, mas sim como um elemento da literatura. Para o autor, a literatura expressa o seu teor testemunhal de modo mais evidente ao tratar de temas-limites, de situações que marcam e deformam tanto a nossa percepção quanto nossa capacidade de expressão (p. 40).

Os narradores, nesse tipo de gênero, buscam, por intermédio da narrativa, tentar esquecer, escrevendo para não precisar falar mais do assunto, alguns escritores fizeram isso e tentam não lembrar, dizendo que eles já contaram tudo em sua obra. Podemos notar em entrevistas dadas por Sirkis e Gabeira que eles podem comentar sobre o momento histórico, do qual são testemunhas, porém nos dão a entender que tudo que eles tinham para contar já está narrado, está tudo lá. Giorgio Agamben comenta, por exemplo, em *O que resta de Auschwitz* (2008), que alguns de seus amigos poucos falam de Auschwitz, outros não, e que outros falam a todo momento, como é o caso dele mesmo (p. 26). Para tanto, algumas obras testemunhais buscam revisitar acontecimentos históricos com o intuito de descrever os fatos passados para que sirvam como exemplo e reflexão para acontecimentos futuros.

Um sobrevivente-testemunha, por exemplo, a partir de sua narrativa, tentará reconstruir as partes do seu discurso, e a necessidade de denunciar os fatos ocorridos, com o objetivo de lutar pela justiça, por ele mesmo, por alguém ou pelo país. Em *Obras escolhidas* (1987), de Walter Benjamin, o autor comenta que:

(...) no final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha. Não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu em dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com a experiência transmitida de boca em boca (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Benjamin analisou, no ensaio “O narrador”, o retorno dos soldados do *front* e como esses soldados tinham certa dificuldade e incapacidade de relatar suas histórias e experiências da guerra, ou seja, o sobrevivente não voltava com histórias ou experiências para narrar. Para Jeanne Marie Gagnebin:

A perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade. As razões dessa dupla desaparecimento provêm de fatores históricos que, segundo Benjamin, culminaram com as atrocidades que a Primeira Guerra Mundial foi somente o começo desse processo. Os sobreviventes que voltaram das trincheiras, observa Benjamin, voltaram mudos. Por quê? Porque aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras (GAGNEBIN, 2009, p. 50-51).

Em outras palavras, o sobrevivente tem sua memória afetada por um trauma, o que interdita sua comunicação com os outros e a narração de sua história pessoal. O “conceito de testemunho” surge a partir das pesquisas sobre a *Shoah* (o termo judaico e correto para o Holocausto). Para Seligmann-Silva, “as características fundamentais do testemunho e do *testimonio* são as mesmas. O diferencial está, sobretudo, nas abordagens analíticas” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 30).

Tal conceito de literatura testemunhal se configura, portanto, a partir da noção de que os sobreviventes – de guerras, massacres, ditaduras etc – têm o direito, se quiserem, de se manifestar, redigindo testemunhos sobre os horrores e medos pelos quais passaram, assim como têm também o direito de se manterem em silêncio, uma vez que é o próprio sobrevivente, e não a sociedade, que tem que lidar com esse trauma para o resto de sua vida.

No caso de Primo Levi, por exemplo, um memorialista italiano, sobrevivente de Auschwitz, resolve manifestar-se e narrar sua experiência no campo de concentração nazista na obra *É isto um homem?*, lançada em 1947, que é uma grande análise a respeito da fragilidade humana, quando o homem luta para sobreviver em um lugar no qual paira muito sofrimento, tristeza e dor .

Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubaram também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (LEVI, 1988, p. 32).

Agamben (2008) comenta que quem sobrevive ao que ele chamou de “vocaçã da memória” não deixa de rememorar, portanto, o objetivo desses sobreviventes-testemunhas e dar voz aos que foram calados. Contudo, observando o testemunho mencionado, Levi revela as ações desumanas das quais ele e muitos foram vítimas.

Lamentavelmente, o testemunho tornou-se importante em razão de uma sequência de violências ocorridas, sobretudo no século XX. Esse fato gerou um fenômeno que fez com que toda essa geração tivesse a necessidade de escrever, de relatar e denunciar a violência, e não o de tentar esquecer. Tal fato nos leva a pensar: por que a literatura de testemunho é tão importante?

Conforme Loyola: “No hay duda de que un testimonio es una fuente de construcción de memória sobre todo en tel tema tan delicado en los corazones de muchas personas”³⁷ (2014, p. 39).

De acordo com Seligmann-Silva (2003), na América Latina, o conceito de *testimonio* foi desenvolvido pelos países de língua espanhola a partir do início de 1960 e se impõe de forma diferente da ocorrida na Europa e Estados Unidos:

Diferentemente do que ocorreu na reflexão sobre o testemunho da Shoah na Alemanha, na França, na Hispano-América passa-se da reflexão sobre a *função testemunhal* da literatura para uma conceitualização de um novo gênero literário, a saber, a *literatura de “testimonio”* (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 32; grifos do autor).

As características sobre o gênero de testemunho na Europa são diferentes do *testimonio* na América Latina. Alfredo Alzugarat afirmou que o *testimonio* representava “os esforços revolucionários dos oprimidos” (*apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 32), e que, nos anos 1970, o governo Allende e a ditadura chilena a partir de 1973 também foram responsáveis pelo estabelecimento do gênero *testimonio* na América Latina (*apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 33). Além disso, deixa claro que, diferente do testemunho que podemos encontrar em vários outros gêneros, o *testimonio*, “no entanto, existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça. A verdade e a utilidade são fundamentais na concepção de *testimonio* (...)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 34).

Podemos pensar que, de qualquer modo, o testemunho se manifesta, seja oralmente ou por meio de relatos escritos, pois isso nos dá uma nova maneira de pensar o outro, de como pensar no ser humano e na maneira como se encontram nossas relações nesse mundo.

Assim, os sobreviventes, sejam da *Shoah* ou das ditaduras que ocorreram na América Latina, têm a necessidade de escrever ou de falar. Além disso, Seligmann-Silva acrescenta que “o texto de testemunho tem por fim um culto aos mortos. Não por acaso, esse culto está na origem de uma antiquíssima tradição da arte da memória ou da mnemotécnica (*ars memoriae*)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55).

Compreendemos o sentido de testemunho como uma prova ou depoimento de um fato no sentido jurídico e como testemunho de registro histórico. “Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada,

³⁷ “Não há dúvida de que um testemunho é uma fonte de construção de memória, especialmente no assunto delicado nos corações de muitas pessoas” (tradução nossa).

passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOEUR, p. 170).³⁸ Entretanto, na perspectiva de um sobrevivente, esse registro histórico torna-se limitado, ou seja, não é capaz de transmitir sua experiência vivida, já que tais registros históricos não carregam consigo os sentimentos e as emoções vividas referentes ao que, por exemplo, as vítimas da *Shoah* viveram nos campos de concentração.

Conforme Ricoeur,

Apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOEUR, 2007, p. 156).

Os testemunhos, portanto, servem como objeto de estudo e como aparato crítico para compreender a história baseada nos fatos relatados por sobreviventes, como é o caso das obras de cunho testemunhal e, com isso, conseguimos estudar a evolução da sociedade ao longo do tempo, como aconteceu nas ditaduras da América Latina, quando o imperialismo americano queria ter domínio total, financiando o horror e manipulando o discurso segundo o qual uma forma de governo poderia corromper o mundo, ou, vir acompanhada de certo fanatismo, como aconteceu na Alemanha com Adolf Hitler, um dos maiores genocidas da humanidade que, diante de sua obsessão em busca de criar uma raça “pura”, levou milhares de judeus ao extermínio.

Retomando a questão do testemunho, o único cuidado que devemos ter está em algumas descrições que, às vezes, podem ser fictícias ou então estar presentes apenas no modo de “ver” daquele que narra ou descreve, ou seja, na visão do sobrevivente ou do torturador. No entanto, essa descrição, ou narrativa, ajuda a edificar a imagem do outro do ponto de vista que pode ser tanto de fora como do próprio meio.

Todavia, pode-se considerar a literatura de testemunho como uma reescrita do real com um foco nos contextos sociais e econômicos de cada época. Por isso, os testemunhos são os resultados de um estudo minucioso dos lugares pelos quais os

³⁸ Ver em Paul Ricoeur (2007): “A atividade de testemunhar, capturada aquém da bifurcação entre seu uso judiciário e seu uso historiográfico, revela então a mesma amplitude e o mesmo alcance que a de contar, em virtude do manifesto parentesco entre as duas atividades, às quais será preciso em breve acrescentar o ato de prometer, cujo parentesco com o testemunho permanece mais dissimulado. O arquivamento, do lado histórico, e o depoimento perante um tribunal, do lado judiciário, constituem usos determinados prescritos de um lado para a prova documental, do outro, para a emissão da sentença. O uso corrente na conversação comum preserva melhor os traços essenciais do ato de testemunhar que Dulong resume na seguinte definição: “Uma narrativa autobiográfica autenticada de um acontecimento passado, seja essa narrativa realizada em condições informais ou formais” (*Le Témoin oculaire*, p. 43).” p. 172

prisioneiros de guerra e os exilados passaram, e é a partir dessas narrativas que podemos analisar os fatos do passado e buscar evitar que se repitam no presente as tragédias já ocorridas.

Podemos pensar, assim, que as obras de Fernando Gabeira e de Alfredo Sirkis, além de memórias coletivas sobre a atuação dos guerrilheiros que participaram de sequestros de embaixadores, podem ser compreendidas também do ponto de vista da literatura testemunhal, uma vez que eles foram parte ativa na resistência à ditadura militar brasileira (e, depois, chilena) e poderiam ter sido mortos “em combate”. Sobreviveram para contar os episódios narrados em *O crepúsculo do macho* e em *Roleta chilena* que analisaremos no próximo capítulo.

**CAPÍTULO 3 - O TESTEMUNHO EM *O CREPÚSCULO DO MACHO E
ROLETA CHILENA***

Quando termina a escrita de um trauma? Quantos anos, ou décadas, são necessários para que um fato traumático se incorpore à memória social sem machucar nem se banalizar? (Maria Rita Kehl)

Finalizaremos tal pesquisa com a análise das obras *O crepúsculo do macho*, de Fernando Gabeira, e *Roleta chilena*, de Alfredo Sirkis, utilizando os aportes teóricos mencionados e discutidos no capítulo anterior dentro do contexto histórico do golpe militar de 11 de setembro de 1973, no Chile.

Sabemos que durante e após o período em que se deram as ditaduras na América Latina, diversos escritores foram conduzidos pelo momento, pelo dever e responsabilidade de registrar o que ocorreu para as gerações futuras, narrar sobre a veracidade dos fatos que testemunharam, ou seja, memórias que relatassem, tornando públicos e conhecidos os abusos e barbáries causados pelas ditaduras instauradas.

Um dos exemplos que mencionamos foi a obra de Enrique Lafourcade, *Salvador Allende* (1973), lançada pelo escritor três meses após o golpe. É oportuno salientar que os sobreviventes de eventos traumáticos precisam tornar público o que viveram de verdade. Assim, como afirma Eurídice,

(...) Foi na década de 1980 que os relatos testemunhais proliferaram, já que muitos militantes voltaram do exílio ou saíram da clandestinidade após a promulgação da lei da anistia (1979). Os testemunhos mais famosos de militantes são *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis e *Batismo de sangue* (1983) de Frei Betto(...) Diferentemente de um tipo de testemunho hispano-americano que passa por um mediador, todos os livros de depoimentos mencionados foram escritos por pessoas intelectualizadas, que sabiam escrever bem, e que publicaram posteriormente outros livros (FIGUEIREDO, 2017, p.63-64).

Essa necessidade de divulgar depoimentos serve para que os indivíduos que viveram eventos-limites possam, por meio dos testemunhos, enfrentar as questões dos traumas vividos e, de certa forma, fazer um acerto de contas com o passado. Nós pesquisadores devemos buscar abordar e discutir sobre os testemunhos. Segundo o crítico uruguaio Hugo Achugar: “Hoje, a própria experiência da ditadura passou a fazer parte do acervo da nossa tradição, o acervo da nossa memória e dos cenários futuros” (ACHUGAR, 2006, p. 152). Tal referência não deixa de ser cada dia mais atual, diante da situação política vivida no Brasil, em que a democracia está em crise, desde a eleição de um presidente militar que apoia a ditadura, é homofóbico, racista, a favor do porte de armas em um país em que os crimes de feminicídio aumenta a cada dia e a liberação pode aumentar os casos de violências contra as mulheres, sem contar na Reforma de Previdência, que prejudica a população e que pode gerar o aumento da pobreza, além disso, recentemente houve nos cortes na educação que estão atingindo todas as Universidades Federais do Brasil.

Em um primeiro momento desse capítulo, iremos apresentar as obras *O crepúsculo do macho* e *Roleta chilena* e retomar aspectos importantes de seus respectivos autores. Em seguida, abordaremos sobre o exílio, buscando compreender o que é o exílio e como as obras como memórias refletem sobre esses momentos traumáticos, e, para finalizar, os testemunhos de ambos os escritores diante do segundo golpe militar que eles testemunharam e que derrubou o presidente socialista Salvador Allende.

Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, como já mencionamos, têm algumas características que os assemelham, pois ambos são jornalistas, ex-guerrilheiros, participaram de sequestros de embaixadores foram exilados e, no dia 11 de setembro de 1973, estavam no Chile durante o golpe de Estado. Foi por intermédio de suas narrativas que buscamos registros da memória de exilados políticos brasileiros que estavam em Santiago naquela manhã de setembro de 1973. Essas obras de cunho memorialístico restauram lembranças traumáticas que, na conjuntura dos jovens que participaram da luta contra os regimes ditatoriais ocorridos na América Latina, também são coletivas, já que configura a voz de uma massa politizada e insatisfeita com o futuro do continente. Para o sociólogo Maurice Halbwachs, “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (2006, p. 29).

Conforme a ditadura militar era consolidada no continente, tornava-se mais claro que os militares ficariam no poder e os exilados políticos mais distantes de retornar para casa. Com isso, muitos escolheram o Chile como destino, pois, para os militantes, o governo de Allende era uma chance de vitória, porém, em decorrência do golpe em 1973, permanecer em Santiago passou a ser perigoso, ainda mais após a criação da Operação Condor.

Como sabemos, o exílio teve como missão banir os opositores do regime instaurado em 1964, sendo que alguns conseguiram sair do Brasil legalmente ou de modo clandestino, outros, em razão de seus ideais, buscaram combater a ditadura, participando ativamente como militantes dos grupos de esquerda, fazendo parte de assaltos a banco e de sequestros dos embaixadores, em troca da liberdade de seus companheiros.

No ano em que Gabeira retornou ao Brasil, publicou *O que é isso, companheiro?* (1979), em que rememora não somente o que ocorreu no Brasil, mas também no Chile,

enquanto fugia do exército chileno durante o golpe de Pinochet. Diante desses instantes de pavor, medo e temor, segundo seu testemunho, ele fez um pacto, uma promessa de que, se conseguisse escapar com vida, registraria em livro os anos vividos entre a luta, a clandestinidade e o exílio³⁹.

Para Renato Franco, em seu ensaio intitulado “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”:

O livro-depoimento de F. Gabeira é amplamente significativo não só por apresentar uma prosa depurada, como também por reconstituir os vários aspectos implicados na experiência traumática daqueles que aderiram à guerrilha e à luta armada, além de desvendar a brutalidade extrema das práticas adotadas pelos órgãos de repressão política. Apresentam também extraordinário interesse tanto o relato do despreparo prático dos revolucionários ou das condições precárias em que atuavam como o do lento e terrível processo de fuga e de insulamento a que foram submetidos. O livro é, nesse sentido, o relato “de uma verdadeira descida ao inferno”, conforme assinalou D. Arrigucci (FRANCO, 2003, p. 361).

Em sua trilogia, podemos notar que Gabeira aplica a técnica do *flashback*, uma forma diferente de contar a história retrospectivamente. Sua estrutura cronológica não é linear, ou seja, o escritor começa a narrativa do final e cria um distanciamento no tempo da narrativa para descrever, por exemplo, como foi seu envolvimento no sequestro do embaixador norte-americano no Brasil e sua posterior ida para o Chile, fugindo para que não fosse pego, sem que o leitor se perdesse na história. Em *Entradas e bandeiras* (1981), a obra final da trilogia, ele finalmente narra a experiência do retorno.

Alfredo Sirkis escreveu *Os carbonários* (1980), ou seja, um testemunho sobre o movimento estudantil e a ruína causada pelo regime militar, de como se tornou guerrilheiro e, como já nos referimos, de como tomou parte nos sequestros de dois embaixadores. Sua primeira obra é uma narrativa a partir da qual conta sua memória da guerrilha.

Ao contrário da maioria dos que escreveram memórias, Sirkis nunca foi preso, apesar de ter participado dos sequestros dos embaixadores alemão e suíço. Ele teve bom senso de abandonar a luta armada no momento em que estavam todos sendo presos e assassinados. Partiu para o Chile uma semana antes da prisão de Alex Polari, seu amigo e companheiro de militância. Surpreendentemente, conseguiu tirar passaporte e sair de avião do aeroporto do Galeão, porque a repressão só estava a par de sua militância no movimento secundarista. Sirkis não fala aqui de seus anos de exílio, a narrativa acaba com sua entrada em território do Chile, já que ele voa para Buenos Aires e de lá vai para Santiago. Suas aventuras durante o governo e a queda de Allende seriam abordadas em *Roleta Chilena* (FIGUEIREDO, 2017, p. 67).

³⁹ Ver em *O que e isso, companheiro?*: “Foi assim, nessa corrida meio culpada que me ocorreu a ideia: se eu escapo de mais essa, escrevo um livro contando tudo como foi. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 68 para cá, ou melhor, uma fatia que me tocou viver e recordar” (GABEIRA, 1979, p. 10).

Como mencionado por Eurídice Figueiredo, é em *Roleta chilena* (1981) que teremos sequência dessa primeira obra, quando Sirkis consegue fugir do Brasil e entrar no Chile, presenciando, por poucos meses, a experiência de um regime socialista.

Diferentemente de *Os carbonários* (1980), nota-se que, em *Roleta chilena* (1981), a memória do narrador não tem mais o mesmo ponto de vista das grandes conquistas que tiveram no início, pois ele passa a ser um fugitivo relatando os últimos momentos dos grupos de resistência à ditadura: “(...) minha saída tinha sido por decisão pessoal, por não acreditar mais na guerrilha e por querer continuar vivendo” (SIRKIS, 1981. p.33). Contudo, as recordações de ambos os escritores não são apenas pessoais, pois eles participaram da resistência de toda uma geração à repressão militar.

Para Halbwachs,

(...) se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se descolar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva consiste em memórias individuais, mas não se confunde com elas (HALBWACHS, 2006, p. 71-72).

A memória coletiva se define a partir de todos os aspectos que fazem parte daquilo que se transmite à geração seguinte, ou seja, está ligada aos fenômenos que se associam à opinião pública e se manifesta no quadro social da memória compartilhada, e a memória individual é aquela guardada por um indivíduo, e esse se refere às suas vivências em particular, porém, também se inter-relaciona aos aspectos da memória coletiva, dos grupos sociais ao qual pertencemos. Para Halbwachs, a memória individual:

(...) não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis são dois autores-narradores-personagens que participaram da experiência coletiva de sequestrar embaixadores. As obras dos autores se cruzam diversas vezes, dando uma visão maior sobre a parte histórica do que foi narrado, e que analisaremos a seguir.

3.1 O crepúsculo do macho e Roleta chilena

Neste momento, pretende-se apresentar os autores e suas memórias sobre o exílio, para que possamos compreender as diferenças entre elas e observar a vida dos dois escritores e a relevância que os depoimentos deixados têm para os dias de hoje como, por exemplo, a questão mais discutida: Houve ou não ditadura? E por que muitos vivem em uma cegueira coletiva, mesmo diante de tantos testemunhos e arquivos disponíveis?

Iniciaremos com Fernando Paulo Nagle Gabeira, que nasceu em Juiz de Fora, MG, em 17 de fevereiro de 1941. Ficou conhecido pela sua atuação como escritor, jornalista, político e por ter participado, quando jovem, da luta armada (MR-8) contra a ditadura no Brasil, e, depois de voltar ao Brasil, como um dos fundadores do Partido Verde (PV).

Em *O que é isso, companheiro?* (1979), o autor-narrador-personagem se descreve como integrante do grupo armado MR-8, tendo tomado parte no sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969, que em troca da liberdade do embaixador, foi exigida a divulgação de um manifesto na imprensa e a libertação de quinze presos políticos, que foram enviados para a Cidade do México.

Em consequência do ocorrido, em 1970, Fernando Gabeira foi identificado pelos militares e, como já mencionamos, na tentativa de fuga é atingido por um tiro e pego. E nesse momento que Gabeira em sua narrativa analisa o discurso do torturado diante do viu e passou:

Falo da tortura como um artista, pois não tenho o direito de falar dela como um torturado. Às vezes lançava golfadas de sangue nas sondas. Capitão Homero recuava horrorizado e dizia: - sou torturador, mas não sou médico, não suporto essa nojeira. Com mais prática controlava aquelas golfadas ou mesmo ia deixando que um coágulo deslizesse mais lentamente e saísse no momento exato. Meu sofrimento, perto do que vi e senti é insignificante. Só poderia falar de tortura se tivesse caído inteiro, sem nenhum tiro, e tivesse enfrentado o mesmo processo que os outros (GABEIRA, 1979, p. 155).

Notamos que Gabeira, mesmo diante de tal situação citada, nos mostra o quão difícil foi enfrentar sua situação de preso, ferido e, por mais que não tenha passado por tortura (de forma igual aos demais), nos parece que carrega consigo um sentimento de culpa. Será mesmo que ele precisava passar pelo que os outros passaram? O que ele viveu já não foi uma forma de tortura? E o que mais essas pessoas sentem até hoje?

Podemos dizer que esse sentimento da tortura mencionado por Gabeira, talvez seja um resquício de todo sofrimento vivido, muitos sentiram o mesmo e acabaram cometendo suicídio pelo trauma causado como, por exemplo, o caso de Frei Tito que, mesmo após ter conseguido se exilar na França, não esquecia a imagem de seu torturador, o temido delegado Fleury, e sentia-se culpado pelas mortes e perseguido o tempo, a ponto de ter se enforcado em uma árvore.

Uma noite, após o jantar, os frades caminhavam pelo jardim do convento, quando o céu se abriu à chuva que os obrigou todos a retornarem ao claustro. Só Tito prossegue a caminhada, indiferente à água que lhe encharca o hábito. Xavier Plassat, um de seus melhores amigos, convida-o a entrar: – Não posso – responde Tito. – Por quê? – Ele me proíbe. –?!... Quem te proíbe, Tito? – O Fleury, ele não quer que eu entre. – Mas ele não está aqui, Tito; está no Brasil. – Mentira. Ele está lá dentro do convento. Se eu entrar ele me espanca (BETTO, 1987, p. 205).

Assim como Frei Tito, muitos sofreram a “pós-tortura” e os que não se mataram, viveram com a sombra do Fleury e de outros torturadores, sua popularidade ganhou uma grande dimensão, como comenta Sirkis: “Os chilenos nos olham com um misto de admiração e pena, já sabem de cor todas as histórias de tortura dos Fleurys da vida” (SIRKIS, p.1981, p. 27).

Em *O crepúsculo do macho* (1980), Fernando Gabeira narra a experiência do exílio que ocorreu entre 1970 e 1979. A narrativa não se passa apenas no Chile, ou seja, não relata somente sobre o golpe ocorrido em 11 de setembro de 1973, e sim toda a década em que permaneceu exilado. Seu exílio ocorre logo após Gabeira ser solto e enviado para a Argélia, pois ele estava incluído na lista dos 40 presos políticos libertados por meio do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, sequestrado pelo grupo do qual Sirkis fazia parte (VPR). Abaixo segue uma foto dos quarenta presos políticos libertados e enviados para o país africano.

Figura 4. Os 40 presos políticos (Gabeira está marcado à direita)



Fonte: <https://istoe.com.br/um-homem-do-presente>

A partir desse episódio, inicia-se o exílio. A obra começa com a chegada dos 40 prisioneiros políticos, representados na imagem acima.

Quando chegamos à Argélia, por exemplo, quase não havia luzes. Fomos trocados pelo embaixador alemão, sequestrado numa rua de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Éramos quarenta pessoas paradas no aeroporto de Argel, posando para fotógrafos de todo o mundo (GABEIRA, 1980, p.12-13).

No capítulo IV, intitulado *Soy un hombre sincero* até a parte XI, “O longo caminho da volta”, Fernando Gabeira descreve o momento em que vai para Cuba, fala sobre o país e seu treinamento de guerrilha, até seus últimos meses. “Você não pode achar que um curso de quatro meses prepare você, realmente, guerrilheiros. Tudo o que pode fazer é desenvolver algumas potencialidades militares, ensinar a técnica absolutamente indispensável” (GABEIRA, 1980, p.77). E, entre idas e vindas durante seu exílio, como podemos notar no decorrer de suas memórias, enfim, chegamos ao Chile, porém, cientes de que apenas passaremos como uma viagem de trem, assim como Gabeira inicia sua obra, conduzindo o trem em Estocolmo.

Por conseguinte, o autor relata um que houve uma tentativa frustrada de golpe, perpetrada por uma unidade do exército em Santiago, um golpe fracassado contra o presidente Allende que foi desmantelado pelo General Prats. Assim, todos que estavam no Chile buscavam por notícias, visto que, após essa tentativa, os movimentos buscavam se preparar para o pior. Com isso, Fernando Gabeira entrou em contato com um pequeno partido político de esquerda conhecida como MAPU: *Movimiento de Acción Popular Unitario*.

Estava fazendo exatamente o que eu queria: transmitir meus conhecimentos para um povo em luta. Na medida do possível, iria combater com eles, arriscar minha vida pelo seu processo. Quem sabe não venceríamos e a revolução socialista iria se consolidar no Chile? Aí seria o caso de ficar para construir, ou seguir caminho em busca de processos novos, correr o mundo em busca das revoluções até que chegasse a vez da nossa e então iríamos parar para sempre, talvez numa casinha modesta, numa rua cheia de árvores e com circulação de automóveis proibida (GABEIRA, 1980, p. 129).

Nesse momento se inicia, então, a tentativa de pôr em prática tudo que aprendeu em Cuba e a esperança de tentar salvar o país de cair em mãos militares.

O golpe militar, o esperado golpe militar acontecera. Quantas centenas de planos de emergência elaborados exatamente para aquele dia não estavam agora sendo postos em marcha? Quantos esquemas lentamente discutidos nas madrugadas conspirativas não iam ser testados? Quantas ilusões alimentadas nas discussões de esquina, nos comícios dos dias festivos, nas conversas de bares, não começaram a derrocada? (GABEIRA, 1980, p.136).

Diante de tal frustração por parte do autor-narrador-personagem, assim como seus companheiros, buscavam maneiras de não serem encontrados ou entregues, já que havia no Chile campanhas para que entregassem os opositores e os estrangeiros. Após arriscar sua vida, o jornalista consegue entrar na embaixada argentina, porém, isso não lhe garantia asilo político, ouvindo como resposta a seguinte frase: “Vocês ganharam refúgio aqui, mas ainda não ganharam asilo político. Foi apenas para salvar vidas. O asilo é outra coisa, e melhor seria pedi-lo a outros países” (GABEIRA, 1980, p.156).

Gabeira permaneceu na embaixada por três meses, dividindo uma sala com várias outras pessoas de diversos lugares. Chegaram a receber a notícia de que um avião argentino havia pousado em Santiago para recolher os refugiados políticos que se exilaram na embaixada, momentos depois recebem a tão esperada notícia: “Da embaixada da Suécia telefonaram para mim: asilo” (GABEIRA, 1980, p. 168).

Do Chile, Gabeira vai para Estocolmo, na Suécia, lá permanecendo entre 1973 e 1979, quando fica sabendo da anistia:

Era uma ligação da Rádio Globo. Tínhamos sido anistiados. O parágrafo segundo referia-se apenas às pessoas que usaram a violência e foram condenadas, e não havíamos sido condenados. Era a palavra do Governo garantindo que podíamos voltar (GABEIRA, 1980, p. 242).

Roleta chilena (1981), diferentemente da obra de Gabeira, narra especificamente a memória do golpe no Chile e seus desdobramentos posteriores. Para compreender seu início na luta armada e suas passagens por outros países, é imprescindível a leitura de *Os carbonários* (1980).

Alfredo Hélio Syrkis nasceu em 8 de dezembro de 1950, no Rio de Janeiro e, assim como Gabeira, é reconhecido como sendo político, escritor, jornalista e exilado, além de também ter sido membro fundador do PV.

No ano de 1964, quando se inicia a ditadura militar no Brasil, Syrkis tem 14 anos, porém, quatro anos depois, em 1968, ele se integra aos movimentos estudantis, tornando-se líder estudantil secundarista. Entre 1969 e 1971, integrou-se aos grupos de resistência armada contra a ditadura militar instaurada no Brasil participando, assim, dos dois sequestros de diplomatas que levaram à libertação de 110 presos políticos, narrados em *Os carbonários* (1980).

Com a ruína dos grupos de resistência armada, Syrkis, em 1971, resolveu deixar a VPR, seguindo para o exílio com a autorização de Carlos Lamarca. Em 1973, como correspondente do jornal francês *Libération*, segue para o Chile buscando, assim, notícias sobre o governo do presidente socialista Allende: “Fim de tarde, vozes e

buzinas. Vendedores de jornais berrando os títulos vespertinos. Chile, anoitecer. Santiago, hora do rush” (SIRKIS, 1980, p. 356).

Roleta chilena (1981) é uma espécie de continuação de *Os carbonários* (1980), sendo dividida em apenas cinco capítulos, por sua vez subdivididos em pequenas partes. Seu primeiro capítulo é intitulado “Que estou fazendo aqui, *huevoón?*”.

No decorrer da narrativa, é anunciada a deposição do governo de Salvador Allende. Em decorrência dessa notícia, buscava-se por meio das rádios, porém, já haviam silenciado quase todas, e a única que sobrevivia era a Rádio Magallanes, mencionada pelos dois escritores, e referênciada como testemunho do último pronunciamento feito pelo presidente ao povo chileno. “A Rádio Magallanes, a única leal ao governo nesse momento, e bombardeada, enquanto se escutavam versos vibrantes de um hino dos Intillimani” (ALEGRÍA, 1983, p. 82).

Os capítulos de *Roleta chilena* (1981) correspondem exclusivamente aos acontecimentos ocorridos em decorrência do golpe, como: “ Que estou fazendo aqui, *huévon?*”, em que, na época, como jornalista, Sirkis busca informar ao *Libération* que no Chile “no passa nada”, até o momento seguinte em que é surpreendido pelo golpe, levando a busca por notícias, o encontro com Gabeira, o momento do último pronunciamento de Allende e o perigo que corriam, pois começava a caça aos estrangeiros.

No segundo capítulo, intitulado “Toque de recolher”, ele menciona sobre o exílio, que abordaremos no subitem a seguir, a resistência e a morte de Carlos Lamarca, dando sequência ao “Do porto seguro ao hotel mal-assombrado”, em que o autor conta sobre as batidas nas casas buscando pelos estrangeiros (Sirkis e Minc estavam na casa de uma família e não foram pegos) , os levantamentos nas embaixadas feitas pelos companheiros, a mudança desesperada na aparência para não serem descobertos e as notícias de mortes que vinham do Estádio Nacional.

No quarto capítulo, “Em Dribles e embaixadas”, o autor comenta sobre as informações de *El Mercurio* sobre a reabertura dos aeroportos e fronteiras e as possibilidades de fuga, e por último no capítulo “No pasarán. O terremoto e como invadimos a Argentina”, Sirkis comenta o momento de como saiu do Chile indo para a Argentina como turista, assim como retoma uma recordação inesquecível e sua breve homenagem a Pablo Neruda, que não poderíamos deixar de citar:

Veio o golpe, sua sucessão de horrores, e ele morreu nesse domingo, 23 de setembro, não do mal que lentamente o consumia, mas do coração, desgostoso. Dum enfarte que o acossou pouco depois de redigir as últimas

linhas da sua vastíssima obra: uma homenagem ao amigo Salvador Allende. Pouco depois de tomar conhecimento, igualmente, do saque da sua famosa casa de Isla Negra, onde nasceram tantos dos seus poemas. (...) O enterro, no dia seguinte, será a primeira manifestação de protesto à junta golpista. Três mil pessoas caladas sob o cerco das baionetas. Silêncio quebrado nos momentos finais por vivas ao seu nome e ao do presidente assassinado. Sepultamento que terminará em pancadarias e prisões (SIRKIS, 1981, p.154).

Não podemos deixar de mencionar também que o autor também fala do caso do músico Victor Jara, como referência ao massacre no Estádio Nacional. Sabe-se que o artista foi morto lá e, atualmente, o local leva seu nome. Sirkis comenta o que aconteceu com o estádio em 1973: “Agora o estádio Chile é a antessala do inferno, onde torturam e trucidam na quadra de basquete. Foi lá que deceparam as mãos do compositor e cantor Victor Jara” (SIRKIS, 1981, p. 72).

Segundo o testemunho de Daniel Loyola Zeller: *En Santiago se detuve a miles de personas que fueron conducidas al Estadio Chile y luego al Nacional. Aquellas que fueron llamadas a viva voz y respondieron de entre la multitud fueron ejecutadas en el mismo lugar, como es el caso de Víctor Jara* (2014, p.17).⁴⁰

Jara foi um cantor e ainda hoje é um importante símbolo da resistência à ditadura no Chile. No documentário intitulado *Remastered: massacre no estádio* (2019), dirigido por Bent-Jorgen Perlmutt, sua história é mostrada, assim como ele tornou-se símbolo da luta contra a ditadura chilena e décadas depois, dá-se início a uma busca por justiça, seu assassinato e tortura foi atribuído ao então tenente do exército de Pinochet, Pedro Pablo Barrientos Nunez.

Nesse sentido, podemos notar a grande importância de ambas as obras na atualidade, bem como podemos afirmar que não somente o Brasil, mas também a América Latina viveu sim uma ditadura. Além disso, fazem-no refletir sobre nosso presente por intermédio das memórias, para que possamos pensar sobre tais experiências narradas, pois, a partir dessa leitura do passado, compreenderemos melhor o presente, conseguindo interpretar a história e todo processo pré e pós-ditadura, tanto do Chile quanto do nosso país.

⁴⁰ Em Santiago, milhares de pessoas foram presas, levadas para o Estádio do Chile e, depois, para o Estádio Nacional. Aqueles que foram chamados em voz alta e responderam dentre a multidão foram executadas no mesmo lugar, como é o caso de Victor Jara (tradução nossa).

3.2 *La dictadura transpassa fronteiras: memória e a experiência do exílio*

Refletiremos acerca do gênero memorialístico por meio do *corpus* que compõem essa pesquisa, *O crepúsculo do macho* (1980), de Fernando Gabeira, e *Roleta chilena* (1981), de Alfredo Sirkis, buscando compreender a estrutura de ambas as narrativas de modo a refletir a experiência do exílio de cada um e o que as define como memórias.

As construções narrativas de *O crepúsculo do macho* e de *Roleta chilena* são semelhantes, pois constituem uma prosa dividida em capítulos curtos com linguagem simples, dando aos seus leitores uma sensação de fluidez.

Os enredos iniciam com um conflito de sobrevivência das personagens exiladas e a reflexão sobre os acontecimentos vividos e futuros. O que sustenta as tramas são as conexões dos fatos diante do conflito de tensão que é apresentado nos dois textos: “Daquele inverno, quase só me lembro de dias ruins. Uma certa humilhação mesmo, em ser tão pobre e ter caído tão distante de minhas referências” (GABEIRA, 1980, p. 176). Podemos notar também que o tempo cronológico é misturado ao psicológico e o espaço exterior se mistura aos espaços interiores entre a memória e a idealização das personagens. Segundo Halbwachs:

(...) quando nós voltamos para o que assim já transcorreu, podemos sempre distribuir suas diversas partes entre os pontos de divisão do tempo coletivo que encontramos fora de nós e que se impõem de fora todas as memórias individuais, precisamente porque não tem sua origem em nenhuma delas. O tempo social assim definido seria totalmente exterior às durações vividas pelas consciências (HALBWACHS, 2006, p. 75).

O foco narrativo é composto por narradores-personagens autodiegéticos, ou seja, os depoimentos são relatados em primeira pessoa. O contexto histórico, como vimos, refere-se ao período da ditadura nos países do Cone Sul, visto que alguns serviram de cenários por onde os “expatriados” passaram, não esquecendo que muitos foram exilados também em países como França, Itália, Suécia, dentre outros: “O exílio que nos esperava seria mesmo um túnel escuro?” (GABEIRA, 1980, p. 13).

Para compreendermos melhor as diferentes nuances dos textos autobiográficos, é necessário entender as características da memória individual (eu) e da memória coletiva (dos grupos aos quais pertencemos). Podemos notar que a escrita se compõe por um autor-narrador-personagem que representa, na prática, as mesmas “identidades”, bem como se manifesta por meio do subgênero “memórias”, a partir dessa tríplice identidade. Segundo Philippe Lejeune, “O que define a autobiografia para quem a lê é,

antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio” (2008, p. 33). Todavia, em razão da semelhança nas obras mencionadas, poderíamos defini-las como memórias por conta do seu caráter coletivo. Gabeira, em sua narrativa, acaba por estabelecer um pacto quando faz uma promessa nas ruas de Santiago, de que contaria tudo, caso sobrevivesse.

Como já mencionamos no capítulo 2, a autobiografia é definida por Lejeune como “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa faz de sua própria existência” (LEJEUNE, 2008, p. 17), ou seja, as autobiografias são narrativas sobre a vida do autor, abrangem várias questões, seguem uma ordem cronológica e têm como autores, em geral, pessoas célebres.

No tocante à memória, podemos definir como um gênero literário que tem semelhança com a autobiografia, pois seu autor-narrador-personagem é quem narra sobre sua própria vida, porém as memórias têm um caráter mais coletivo do que a autobiografia e não se limitam a contar um fato específico, buscando uma reflexão sobre o que tece a trama, sem contar que não têm uma linearidade acerca das recordações evocadas por um grupo. Para Eurídice Figueiredo,

(...) desde 1980 muitas pessoas estiveram envolvidas em desvendar os arquivos da ditadura, de maneira mais ou menos organizada, em especial historiadores e jornalistas. Destaco os livros dos jornalistas porque tiveram ampla repercussão na mídia e junto aos leitores, sem deixar de reconhecer o valor das pesquisas dos historiadores cujas obras, porém, acabam atingindo um público mais restrito (FIGUEIREDO, 2017, p. 20).

Portanto, poderíamos afirmar que o objetivo de ambos os escritores ao escrever tais memórias era buscar refletir sobre o exílio e o golpe ocorrido no Chile. São obras que se voltam restritamente ao período histórico-político da ditadura na América Latina, pois, durante a década de 1970, os memorialistas que retrataram o período nos trouxeram uma nova perspectiva, ou seja, novos olhares e debates sobre os discursos políticos contextualizados pelas consequências do autoritarismo político e relatados nos testemunhos de quem viveu esse momento traumático. Segundo Seligmann-Silva:

A literatura do período é marcada pela luta política em vários níveis. Esquemáticamente, poderíamos destacar essa marca: a) no seu tema; b) na autorreflexão sobre o papel do escritor enquanto agente político; c) na sua forma: que varia do relato (auto)biográfico, passa pelo estilo reportagem e pela denúncia, chegando a atingir uma literatura caracterizada pela fragmentação e pelo questionamento da narrativa realista segundo os modelos dos romances do século XIX (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 39).

O AI-5 e a consolidação da ditadura militar no Brasil fizeram com que muitos brasileiros saíssem do país, o destino inicial foi o Uruguai, onde obtinham apoio de João

Goulart e de outros líderes políticos, como Leonel Brizola. O Chile de Allende recebeu parte dos exilados, como por exemplo, parte dos ex-presos políticos que fizeram parte dos sequestros, mencionados nas obras de Sirkis e Gabeira. Além desses países, Argentina, Suécia, Argélia e França também receberam muitos perseguidos políticos, e com isso, podemos afirmar que o exílio foi naquele momento a saída para tentar sobreviver, porém, provocou uma grande dispersão do povo brasileiro e deu início a um longo e indefinido exílio do qual muitos nunca voltaram.

As obras de Gabeira e Sirkis, assim como de outros escritores que estiveram no exílio, nos fazem refletir sobre tais fatos ocorridos e que, atualmente, se fazem presente no nosso cenário político, mesmo após tantos documentos serem expostos e abertos ao público a partir da Comissão da Verdade. São registrados testemunhos dos dois lados (como o de militares e ex-exilados políticos), pois muitos ainda questionam, por exemplo, se houve mesmo uma ditadura. Para Eurídice Figueiredo:

Aqueles que tentam hoje escrever sobre o passado da ditadura se apoiam, de um lado, nas lembranças pessoais e familiares, de outro lado, em informações levantadas e já compiladas nos diferentes arquivos. Muitos familiares de desaparecidos e mortos fizeram suas buscas contribuindo para esclarecer os fatos e desmontar farsas. O trabalho de escavação não terminou. E a quantidade de livros publicados, sobretudo desde 2010, comprova que o trabalho de elaboração do trauma da ditadura continua (FIGUEIREDO, 2017, p. 30).

As narrativas retratam as “aventuras do exílio”, isto é, a busca pela sobrevivência - física e psicológica - a partir da qual o narrador-personagem mostra seus sentimentos e reflexões sobre um desses momentos.

Gabeira, que viveu nove anos no exílio, trata bem das dificuldades que representaram as mudanças de países, a adaptação ao clima e à troca de língua. Um aspecto que deve ser destacado é que o sujeito que tem formação universitária não pode exercer sua profissão no exílio, seja pela falta de reconhecimento dos diplomas, seja pelas dificuldades com a língua do novo país, seja pelas restrições impostas pelos países que os acolheram em relação às diferentes profissões. O jornalista Gabeira, por exemplo, dirigia trens do metrô da Suécia, outros lavavam pratos. A sobrevivência era difícil para os exilados que tinham os olhos voltados para o país natal, para o passado: dupla distância no tempo e no espaço (FIGUEIREDO, 2017, p.66)

No capítulo XIV, intitulado “O Chile não é o Brasil”, Gabeira comenta, por exemplo, que no início de 1973, ao chegar ao Chile, confessa ter se assustado com a capital chilena: “A verdade é que desde a chegada ainda não conseguia me adaptar(...)Passava meus dias vagando por Santiago e voltava com olhos ardendo e a camisa suja, tal a poluição do ar na cidade” (GABEIRA, 1980, p. 127), notamos o

conflito de adaptação mais uma vez em um novo lugar , fato que aconteceu todos os exilados e comentaremos no subitem a seguir.

Para Sirkis, a situação era tão indefinida que se assemelhava a uma “roleta russa”, sendo essa, porém, especificamente sul-americana: “A Roleta Chilena: a vida ou a morte ao belprazer do oficial de dia ou do chefe da patrulha encarregado de revistar a sua casa...” (SIRKIS, 1981, p. 80).

Podemos notar que a presença das personagens em um determinado país não dura muito tempo, pois, como os escritores mencionam, havia perseguição contra os estrangeiros, ainda mais quando sabiam que eram ex-guerrilheiros exilados políticos. Para Marcos Faerman, no prefácio de *Roleta chilena* (1981): “É tudo isto - as experiências que esta narrativa relata - se torna um jogo, uma colagem em que Alfredo Sirkis vai montando cenas e sensações, que se passam por vários cantos do Planeta” (apud SIRKIS, 1981, p. 9).

Além disso, em razão das condições do exílio, bem como para que se mantivessem seguros, usavam nomes falsos e criavam um disfarce: “Verdade que tínhamos construído, pacientemente, uma fachada para justificar nossa presença no Chile. Vera era bolsista e eu trabalhava para um instituto latino-americano” (GABEIRA, 1980, p. 137). E mesmo disfarçados, a preocupação com a sobrevivência continuava grande, a ponto de pensarem em fazerem que com se conhecesse sua verdadeira história, caso morressem, como se vê no trecho abaixo:

Inger teria condições de abandonar o país e viajaria para o Brasil. Um pouco antes da partida dissera a ela meu verdadeiro nome. Ela me conhecera por Joaquim na Alemanha. No Chile, me conhecera como Diogo porque era esse meu nome no passaporte falso. Se morresse, poderia comunicar aos amigos no Brasil que morrera (GABEIRA, 1980, p. 147).

Alfredo Sirkis, no capítulo intitulado “Em Paris, sob centralismo”, comenta sobre a neurose do exílio, o medo dos vizinhos, a vida escondida e a autocrítica de ser ou não um exilado. “No nosso coletivo reinava a neurose do exílio não assumido. Tanto que recusávamos a nos considerar exilados. Exilado era sinônimo de desbundado” (SIRKIS, 1981, p. 39).

Como sabemos Sirkis deixa a luta armada, e vive no exílio, e apesar de ter mencionando momentos difíceis, ele conseguiu se manter como turista quando entrou e saiu do Chile: “- No, No terrorista no turista, turista. Turista brasileiro. Espuertes de inverno - carregado forte no portunhol - do Rio de Janeiro. Espuertes de inverno, Bariloche. Nada a ver con la confusion do pais de usted” (SIRKIS, 1981, p. 83).

Em suma, os autores buscam narrar sobre o exílio, a partir da escrita e da memória traumática, como uma forma de retornar ao seu país e a suas lembranças, como podemos notar no trecho que segue: “Curioso pensar isto, deitado na rede, depois de uma longa marcha. Todo esforço estava voltado para o Brasil, para onde retornaríamos um dia” (GABEIRA, 1980, p. 77). E também:

Vivíamos um exílio assustador. Que esperança nos restava agora que o Continente estava entregue ao fascismo, com a queda de Allende e o avanço da direita na Argentina? Que esperança nos restava a 12 graus abaixo de zero em quartos de 17 metros quadrados e dias que terminavam às duas da tarde, mergulhados na mais completa escuridão? (GABEIRA, 1980, p. 28).

Fernando Gabeira analisa acerca de todo medo vivido durante seu exílio no Chile e nos momentos cruciais do golpe, pois, logo após a tomada do poder, iniciava-se uma caçada aos estrangeiros e, conforme o tempo passava, tudo ficava mais difícil. A mesma situação é mencionada por Sirkis no capítulo 4: “Era assim a repressão daqueles dias: massiva, totalmente arbitrária e sem critérios definidos” (SIRKIS, 1981, p. 79).

Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis foram dessa geração que compartilhou suas memórias, embora traumáticas, no sentido de contribuir para o entendimento dos acontecimentos históricos, já que narraram fatos de grande valia para nós leitores, mesmo que, para eles, tenha sido uma forma de libertação, isto é, escrever para esquecer e recomeçar.

Suas narrativas podem ser consideradas como memórias do exílio, visto que os autores relatam sobre suas vidas como perseguidos políticos que só queriam retornar ao país de origem, sendo que a autenticidade provém das experiências de vida narradas. Lejeune explica que

(...) O autor se define como sendo uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso. Para o leitor que não conhece a pessoa real, embora creia na sua existência, o autor se define como a pessoa capaz de produzir aquele discurso e vai imaginá-lo, então, a partir do que ele produz. Talvez só se seja verdadeiramente autor a partir do segundo livro, quando o nome próprio inscrito na capa se torna um denominador comum de pelo menos dois textos diferentes (...) (2008. p. 23).

Portanto, consideramos as obras supracitadas como memórias, em razão do caráter coletivo que pode ser encontrado em ambos os testemunhos, uma vez que os autores tratam de aspectos políticos e históricos compartilhados por toda uma geração que aderiu à luta armada e só retorna após a lei da Anistia.

A lei da Anistia mudava as punições aos que foram considerados criminosos políticos durante o regime militar. Lei nº 6.683⁴¹, de 28 de agosto de 1979, segundo a qual se concedia “o perdão” a todos quantos cometeram crimes políticos entre 2/9/61 e 15/8/79.

Segundo Nepomuceno:

Nascido do único acordo possível entre a representação parlamentar permitida pelo regime uma espécie de oposição consentida, e as alas mais flexíveis do governo dos militares, inicialmente foi uma anistia incompleta, limitada, mas que obrigava um ponto em torno do qual não coube discussão alguma: anistiarão-se também agentes do Estado. Foi a condição exigida pelo regime e pelos setores políticos que apoiavam a ditadura para que se chegasse a qualquer anistia. Seria do jeito que foi, ou não haveria (NEPOMUCENO, 2015, p.14-15).

Ou seja, a lei permitiu perdoar os militares que cometam crimes de tortura e assassinado, não havendo punição pelos atos cometidos e deixando muitos de nós sem respostas sobre o desaparecimento e morte de amigos e familiares, sem justiça que devia buscar a igualdade e legalidade, mantendo a ordem social.

Vejamos hoje que a lei no Brasil, após quarenta anos, não parece causar agrado e satisfação no contexto atual. Adotada em 1979, a lei continua perdoando os crimes dos criminosos de violência de Estado. “No caso da anistia brasileira, ela foi injusta porque protegeu e ocultou os culpados pelas torturas e assassinatos impedindo a apuração da verdade e a punição dos responsáveis” (FIGUEIREDO, 2017, p. 24).

Portanto, para época e aos jovens que viviam como exilados políticos, a lei trazia a esperança de retorno ao país e aos familiares, mas atualmente podemos afirmar que ela foi um grande erro, pois diferentemente dos demais países, por exemplo, os ditadores/torturadores foram levados a júri, condenados e presos pelos crimes cometidos, enquanto no Brasil, tudo serviu para livrar esses criminosos de pagar por seus crimes.

No ano de 2001, foi criada a “Comissão da Anistia”, que foi assinada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso⁴², (também um dos perseguidos pela ditadura) com objetivo de defender ex-presos/ perseguidos políticos, além da recuperação desses

⁴¹ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

⁴² Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, professor universitário, político e escritor brasileiro. Foi presidente do Brasil de 1995 a 2002. Acusado de subversão durante o regime militar, foi exilado para o Chile e depois para a França. Disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_henrique_cardoso/

anistiados moral e economicamente e de seus familiares nos casos de mortos e desaparecidos.

No governo da ex-presidente Dilma Vana Rousseff⁴³ (que foi presa e torturada nos porões da ditadura aos vinte e dois anos), tentaram reconduzir o assunto e surgiram fortes questionamentos à lei por parte da comissão responsável pelas políticas de reparação e memória das vítimas do regime-civil militar. Entretanto, a presidente desistiu da revisão da Lei que dava a possibilidade de punição, assim como ocorreram nos outros países as condenações de crimes cometidos durante período da ditadura.

Infelizmente, em 2019, ao invés de darmos um passo à frente sobre o assunto, principalmente no que se refere ao entendimento do que ocorreu antes de 1964 e que veio dar origem ao golpe, regredimos 55 anos, por conta do atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Vale salientar que a Ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁴⁴, declarou recentemente que vai limitar os pedidos de reconsideração para a concessão de anistia política.

Pode-se afirmar que, dentro do nosso contexto político atual, figura como um assunto vivo que, infelizmente, mesmo diante de tantas provas, está sendo ignorado, negado. Nesse sentido, buscamos por meio dessa pesquisa utilizar as memórias para que sejam uma forma de denunciar um passado cruel que matou milhares de pessoas e não deve ser repetido, como diz o lema “*Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*”, da Comissão Nacional da Verdade (CNV). É importante destacar que, lamentavelmente, dentre os países da América Latina, o Brasil foi o último a criar sua Comissão da Verdade, que tem como objetivo investigar as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura. No Brasil, em vários estados foram criadas comissões que buscavam revelar a verdade, por meio da memória e testemunhos de pessoas que tiveram alguém da família ou amigos envolvidos nesses crimes, assim como as próprias vítimas e os torturados.

Diferentemente do Brasil, países como Chile e Argentina buscaram, a partir dessas comissões, não somente investigar e punir os responsáveis pelos crimes

⁴³ Dilma Rousseff é economista e tornou-se a primeira presidente mulher do Brasil, durante o regime militar (1970), ela foi presa por quase três anos e sofreu torturas. Disponível em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/primeira-mulher-eleita-presidente-dilma-e-a-segunda-a-sofrer-impeachment>

⁴⁴ Criação abril/1997. Recriação em fevereiro 2017. O MDH é um dos ministérios que compõem o gabinete executivo do Governo Federal do Brasil. Foi instituído por Fernando Henrique Cardoso, extinto após a posse de Michel Temer, e recriado como Ministério dos Direitos Humanos. No atual governo, a pasta foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH. Ver em <https://www.mdh.gov.br/>

cometidos, como também entender como era organizado o poder do Estado, que torturou, sequestrou, desapareceu e assassinou milhares de pessoas, portanto, mexer nessa ferida é necessário para revelar o que de fato ocorreu e termos noção exata de nossa história recente.

3.3 O testemunho sobre o golpe militar chileno

Nesse subitem abordaremos o testemunho dos escritores acerca do golpe militar chileno narrado em suas obras, buscando compreender a literatura como caráter testemunhal e de sobrevivência, revisitado em suas memórias. Podemos destacar a grande importância dos relatos pessoais como os depoimentos, testemunhos, memórias e (auto)biografias, que se tornaram essenciais para a construção das experiências político-sociais. Assim, até hoje, serve como uma crítica reflexiva sobre os processos políticos pelos quais já passamos.

Por isso, não devemos nos esquecer que o termo, segundo Seligmann-Silva, pode significar também *sobrevivente*: “A literatura de testemunho como realizada por alguém que sobreviveu” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 41), literatura de testemunho, portanto, é uma forma de resistência, pois ela surge nos momentos de repressão, como é o caso vivido por Gabeira e Sirkis.

Seguiremos analisando as obras dentro do contexto das ditaduras na América Latina, em específico do golpe no Chile. Ao final desses testemunhos, poderemos compreender o ponto de vista dos sobreviventes e obter informações que nos foram negadas, porém, temos a partir desses memorialistas a oportunidade de transmitir tal conhecimento para outras gerações, já que podemos utilizar tais narrativas como forma de arquivo.

Antes, para melhor entendimento da parte teórica, precisamos pensar sobre o que é um testemunho: Como é transmitido? E como os autores o utilizaram em suas obras?

Podemos definir o testemunho como um relato ou depoimento, seja escrito ou dado por meio de áudios e vídeos, por alguém que viveu uma experiência traumática, como foi o caso dos escritores pesquisados, ao registrarem suas experiências e seus traumas nas suas obras e vivências do exílio, pois, segundo Halbwachs: “O primeiro testemunho a que podemos recorrer sempre será o nosso” (2006, p. 29). Vale ressaltar que o testemunho pode ser também daquele que não tem a experiência real, porém, por

meio da transmissão da história, se mantém na memória e passa a ser transmitida por outras gerações. Para Jeanne Marie Gagnebin:

Testemunho não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o bistor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Após essa breve explanação sobre as formas de testemunho, podemos afirmar, diante dos documentos, arquivos e testemunhos que, no Brasil, na década de 1970, enquanto o regime militar se fortalecia, muitos brasileiros tiveram que deixar o país e o Chile estava em um novo momento com uma política favorável, em razão da vitória do de um presidente socialista eleito na América Latina. “Aqui estamos seguindo um processo distinto. Tentando a via pacífica com o companheiro Salvador Allende” (SIRKIS, 1981, p. 27).

Apesar de os fatos terem mudado para os brasileiros que se encontravam no Chile em 1970, após o golpe de 1973, eles passam a viver em condições cada vez mais clandestinas, o que aumentava muito o risco de serem pegos, pois o objetivo do exército chileno era deter e prender pessoas que fossem vinculadas ao governo Allende, que tivessem ligações com o MIR ou qualquer outra atividade e ação que fosse considerada de caráter subversivo ou revolucionário: “Quando saí na manhã seguinte, estava com o coração na mão. Os vizinhos sabiam que éramos estrangeiros e um deles podia nos denunciar a qualquer instante” (GABEIRA, 1980, p. 137).

Atualmente, com as notícias, relatos e documentários que ainda estão surgindo, notamos que boa parte do povo chileno considere Pinochet um ditador e o condena pelos abusos aos direitos humanos que ocorreram durante seu governo, porém, o que nos assusta é saber que um governo sangrento com foi o dele ainda tenha simpatizantes. O povo chileno sofre muito com sua história e por esse motivo até hoje eles não aceitam o que aconteceu e buscam pelos diretos dos que foram calados.

Retomando o período de perseguição sofrido pelos escritores, após tais acontecimentos, desde a entrada na luta armada, o exílio, as fugas, torturas, mortes de companheiros, todo sofrimento para tentar sobreviver e a busca por libertar o país de um regime ditatorial, esses fatos levaram uma geração, principalmente de escritores e jornalistas, a relatar sobre suas experiências traumáticas. Para Seligmann-Silva,

(...) se é verdade, como afirma Franco, que temos uma tradição documental na nossa literatura, não é de se admirar que a nossa resposta literária à ditadura militar se tenha manifestado antes de tudo em seu caráter jornalístico (e o número de jornalistas-escritores nessa produção fala por si mesmo) (2003, p. 40).

Nas palavras de Renato Franco:

Outro modo literário de reagir à brutalidade de nossa história política da década de 1970 é constituído pelo que poderíamos chamar de romance da geração da repressão (conforme sugestão de A. Candido, composto por obras de ex-militantes revolucionários que, após serem presos e torturados, resolvem relatar suas experiências, constituindo assim, uma verdadeira literatura de testemunho) (2003, p. 360).

Em *O crepúsculo do macho e Roleta chilena*, os escritores Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis descreveram os momentos finais do governo de Salvador Allende. Além disso, evidenciaram o momento em que cada um deles buscou sobreviver, visto que, em razão dos acontecimentos, os sobreviventes de tais eventos traumáticos foram levados a escrever sobre a verdade a respeito de um fato vivenciado ou testemunhado buscando, assim, utilizar tais narrativas como fontes para cobrir os brancos deixados. Afinal, conforme Seligmann-Silva, “do ponto de vista dos sobreviventes, o registro historiográfico é limitado e não dá conta da sua experiência” (2003, p. 15).

É notório que as duas narrativas, além do importante testemunho sobre o golpe ocorrido no Chile, expõem ocorrências e indícios muito similares como, por exemplo, fatos que ocorriam no Brasil, isto é, a morte do líder Lamarca, igualmente recordada pelos dois memorialistas.

(...) o episódio marcante foi o da morte de Carlos Lamarca, o ex-capitão que deixara o Exército para organizar as guerrilhas. Ficamos arrasados com a notícia, pois era um importante símbolo da oposição ao governo militar. Quando morreu, Lamarca estava no MR-8, que era a organização mais forte de esquerda (GABEIRA, 1980, p. 90).

Eis a página das breves internacionais que se fixa na retina enquanto o corpo gela e a garganta se fecha num brusco esgar de horror. Era uma pequena nota de pé de página, um telex qualquer de fim de noite via France Presse: CARLOS LAMARCA TUÉ. (...) Pequena nota patética de pé de página (SIRKIS, 1981, p. 44).

É relevante destacar que Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis testemunharam um dos eventos mais memoráveis da história do Chile, estando cientes de que já havia ocorrido, em junho do mesmo ano, uma tentativa de golpe como já mencionamos. Indivíduos que sobrevivem a tais eventos traumáticos buscam, por meio da literatura, uma forma de libertação do passado, ou um alerta para acontecimentos presentes ou futuros. Para Seligmann-Silva:

(...) o sobrevivente vive o drama do testemunho, que está irremediavelmente ligado ao processo dialético e complexo no qual recordar e esquecer são dois fatores dinâmicos e inseparáveis (ele em certa medida recorda para se esquecer e porque não consegue esquecer-se precisa narrar) (2003, p. 15).

Com base em suas narrativas, podemos conhecer desde o início do golpe, com os voos rasantes dados no Palácio La Moneda pelos militares, até as consequências terríveis das semanas seguintes, quando milhares de pessoas são presas ou mortas e o General Pinochet assume a presidência:

Quando explode o golpe militar, milhares de dramas pessoais estão seguindo seu curso e o golpe às vezes os congela, às vezes os resolve. Sei que nossa condição de refugiados políticos, caminhando pelas ruas com um passaporte falso e com medo de sermos devolvidos ao Brasil, era impossível pensar em outra coisa que não fosse o golpe (GABEIRA, 1980, p. 135).

(...) ouço mesmo jatos ou será que estou sonhando? Ou estão sacudindo meu ombro, vejo um vulto comprido e outro de barba me puxam para o real, agourento. –Alfredão! Acorda logo que começou o golpe (SIRKIS, 1981, p. 15).

Gabeira e Sirkis experimentaram situações de pavor, medo, horror, já que eram estrangeiros exilados com passaportes falsificados, apontados como “terroristas internacionais” por terem se envolvido nos sequestros de diplomatas, com receio de serem expostos, denunciados e entregues para o exército brasileiro via Operação Condor, como nota-se em um trecho de *Roleta chilena*:

Marcão tem um daqueles poucos sérios “Documentos de Viaje para Extranjeros” expedido pelo governo chileno. Um passaporte de 2ª categoria, bandeiríssimo, necessitava de visto consular para entrar em qualquer outro país. Despertava inevitáveis desconfianças e ocasionais rebuliços entre tiras dos mais diversos aeroportos e postos de fronteira. Era marca registrada dos 70 bandidos que chegaram ao Chile em janeiro de 71 (SIRKIS, 1981, p. 64-65).

Em razão do sequestro dos embaixadores, os dois foram banidos e proibidos de retornar até o decreto da Anistia. Sirkis comenta sobre seu caso em *Roleta chilena*: “Sou condenado a duas perpétuas e uns tantos anos a mais para terceira encarnação, pelas auditorias militares, em virtude do caso de embaixadores e outras milongas mais” (SIRKIS, 1981, p. 65). Segundo Bungart Neto,

Mesmo que não fossem considerados “terroristas internacionais”, os dois eram exilados em país que passava por golpe militar e com aeroportos fechados e toque de recolher às seis horas da tarde. Viviam na pele, diariamente, aquilo que Fernando Gabeira classificou como “exílio dentro do exílio”, isto é, banidos de seu próprio país, passaram pelas mesmas situações de fuga e perseguição no país vizinho, até então grande “aliado” dos resistentes devido ao apoio do governo Allende (2015, p.133).

Para Seligmann-Silva, “a literatura expressa seu teor testemunhal de modo mais evidente ao tratar de temas-limites, de situações que marcam e deformam, tanto na

nossa percepção, como também a nossa capacidade de expressão” (2003, p. 40). Naquele instante, com a tomada do poder prosseguindo, todos tentavam fugir ou encontrar notícias de parentes ou de companheiros, porém, por conta do bombardeio no Palácio La Moneda, prevalecia a falta de acesso aos bairros pobres e industriais, bem como a interrupção das transmissões de rádio e TV. Em *Roleta chilena*, Sirkis comenta sobre Carlos Minc⁴⁵ buscando por notícias:

Minc já está na sala e mexe no rádio, seus dedos giram o botão plástico cor de creme, grandão, daquele móvel pesado com receptor e vitrola. A luzinha verde do ponteiro saltita nervosa por entre as frequências, fazendo um barulho de frigar ovos. - Porra, Rádio Corporación tá fora do ar... Fica bem aqui, tenho certeza, pego até de olho fechado. Rádio Portales? Rrr. Rádio Portales? Fora do ar também, companheiritos. Não estou gostando nada disso (SIRKIS, 1981, p. 16).

Já em *O crepúsculo do macho*, Gabeira descreve a mesma situação: “Fiquei colado ao rádio em busca de notícias, tentando filtrar os boatos que chegavam pelo telefone. Havia um ponto seguro: Allende resistia” (1980, p. 136).

As situações de fuga do Chile deram-se de maneira diferente, pois Sirkis conseguiu obter sucesso em sua jornada, passando-se como turista em um voo para Buenos Aires, já Gabeira teve que se arriscar e entrar em embaixada para pedir asilo:

No avião, subitamente, se estabelece um clima de papo generalizado, um uuuuuuffffa geral (...). Os estrangeiros retidos há quase duas semanas em Santiago suspiram de alívio e comentam abundantemente os eventos vividos. Há muitos fugitivos no avião, estes não falam, têm um olhar estupefato de felicidade (SIRKIS, 1981, p. 158).

Fomos caminhando com segurança, e vimos que os carabineiros do portão secundário se deslocavam para falar com outros. A porta ficara desguarnecida e a apenas cinquenta metros. Saímos correndo e entramos no portão secundário, cruzando os jardins da embaixada e esperando a qualquer momento os disparos que nos fariam cair por terra. (...) Foi ainda tentando ouvir o primeiro disparo que me vi já nos fundos da Embaixada da Argentina, abraçado por Listz que me garantia que estava salvo (...) (GABEIRA, 1980, p.149).

Entretanto, apesar de tentarem diversas formas de encontrar no exílio um lugar no qual pudessem se sentir em casa, nenhum cogitou a possibilidade de não voltar, mesmo sabendo que, devido aos sequestros, eram procurados como terroristas. Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis regressaram ao Brasil após o decreto da Lei da Anistia.

⁴⁵ Carlos Minc foi um dos fundadores do PV, foi Ministro do Meio Ambiente e, atualmente, é deputado pelo estado do Rio de Janeiro. Durante a ditadura, participou do roubo do cofre do governador paulista Adhemar de Barros, em 1969, organizado pela VAR-Palmares, e também estava no Chile no dia 11 de setembro de 1973.

É oportuno reconhecer que os testemunhos e depoimentos relativos às situações-limites são relevantes para entendermos como a pós-modernidade lida com indagações referentes ao passado e com as políticas de memória. Márcio Seligmann-Silva disserta a respeito do processo de esquecimento que se confronta com as questões da memória. Do ato de lembrar e de esquecer, da oportunidade que temos de retomar o passado e “reviver” o evento ou acontecimento. Ou seja, que nós podemos encontrar a verdade por meio do esquecimento, pois esquecendo, desprendendo-se do passado e dos acontecimentos ruins é que conseguimos viver o novo, porém, temos a necessidade de lembrar que a memória e esquecimento estão lado a lado. Por isso, também não devemos esquecer de lembrar:

Se é verdade que no campo da memória atua a seleção dos momentos do passado e não o seu total arquivamento, ou seja, a memória só existe ao lado do esquecimento, por outro lado, cabe ao historiador - assim como individualmente cada um de nós - não negar ou denegar os fatos do passado, mesmo os mais catastróficos (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 77).

Podemos dizer que os testemunhos restabelecem, pondo novamente em foco, a importância da escuta, isto é, os testemunhos dão vida ao apagamento da história, servindo como um arquivo. Ao dissertar sobre a memória e as partes constituintes (coletivo e individual), notamos que os traumas são coletivos e possuem componentes individuais, como é o exemplo dos testemunhos referentes aos campos de concentração e às ditaduras na América Latina.

Para que a história seja completa precisamos recorrer aos acontecimentos passados, portanto, são necessárias a memória individual (indivíduo) e a coletiva (social). Conforme Halbwachs, nossas lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós (2006, p. 30).

As narrativas dos dois escritores retomam o fato histórico, resgatando a memória por meio de seus testemunhos. Pelo fato de a ditadura militar na América Latina ter sido tão desumana, jamais deve ser deixado no esquecimento, pois muitos brasileiros sofreram no exílio e, com eles, suas famílias.

Os testemunhos podem também vir a preencher as lacunas deixadas pela “história oficial”. Esse lapso do que não foi dito pela História, que foi deixado no esquecimento, como refletiu Sarlo, é o que se busca por meio dos relatos de Gabeira e Sirkis, dentre outros escritores exilados políticos, da memória e do testemunho, é

resgatar e ampliar a leitura desse fato histórico, preenchendo os espaços vazios. Além de mostrar as faces e os limites do ser humano. Para Nepomuceno:

Os depoimentos gravados são tremendos. Mostram o ponto mais baixo e vil a que pode chegar um ser humano. Mostram a brutalidade da humilhação que um ser humano é capaz de impor a outro. Mas, principalmente, mostram que o ser humano é capaz de superar tudo, de recuperar a própria vida (NEPOMUCENO, 2015, p. 83).

Revisitar as obras de Fernando Gabeira e de Alfredo Sirkis levantam aspectos importantes, não somente porque desconstruindo o antigo podemos compor um novo olhar, mas também para a compreensão de tantas tragédias. Nesse sentido, será por meio da literatura que poderemos tornar isso possível, gerando no leitor certo incômodo que o leva à reflexão e conclusões sobre nossa história.

Desse modo, podemos concluir que a literatura cumpre seu papel social, político e cultural, bem como além da memória histórica e política, que pode nos auxiliar a compreender tais fatos ocorridos no exílio, é o próprio testemunho como arquivo dessa memória que se impõe como uma necessidade e solicita constante análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a pesquisa e começarmos a trabalhar com o corpus escolhido, nos deparamos com uma vasta possibilidade sobre o estudo da literatura memorialística e os gêneros que a compõem. Entretanto, optamos por destacar a memória e o gênero testemunhal.

Os autores Alfredo Sirkis e Fernando Gabeira buscaram, a partir de suas experiências traumáticas compartilhadas em suas memórias, ou seja, em suas narrativas desde o início dos movimentos estudantis, a participação nos grupos de guerrilhas, o testemunho do golpe no Chile e as fugas para que conseguissem se manter vivos, revelar aos leitores as circunstâncias que o exílio e a clandestinidade proporcionaram a cada um deles, trazendo um novo olhar sobre tal episódio.

Para compreender melhor as narrativas *O crepúsculo do macho* (1980) e *Roleta chilena* (1981), abordamos em um primeiro momento o contexto político e histórico, com o intuito de evidenciar como foram iniciados os regimes ditatoriais na América Latina. Sendo assim, procuramos sintetizar o contexto da Guerra Fria, que atingiu momentos culminantes de tensão com a Revolução Cubana de Fidel e Guevara, bem como a expansão dos golpes militares com financiamento americano e a resistência dos membros da Operação Condor, assim como os desdobramentos dos sequestros de embaixadores no Brasil e a deposição de Salvador Allende.

Ao considerar que sejam produções em série, foi necessária a leitura das obras *O que é isso companheiro?* (1979) e *Os carbonários* (1980), respectivamente de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Com isso, foram impulsionadas as narrativas que, posteriormente, tiveram continuidade por meio das duas obras já mencionadas e fizeram a composição do *corpus* dessa pesquisa.

Com base nas teorias de Philippe Lejeune, Maurice Halbwachs e Márcio Seligmann-Silva, buscou-se também compreender melhor a relação entre memória individual e coletiva e a importância dos testemunhos.

O objetivo geral de nossa pesquisa pretendia analisar nas narrativas supracitadas importantes testemunhos relacionados com as ditaduras na América Latina, interpretando as obras e considerando-as como uma “memória-testemunho” sobre o golpe militar chileno e seus desdobramentos, assim como tratamos da memória coletiva

em sua especificidade, estabelecendo uma conexão com o passado, como um registro da memória que não deve ser apagada.

A pesquisa visava fornecer informações por intermédio da literatura testemunhal dos escritores brasileiros pesquisados, que foram exilados e vivenciaram o golpe do dia 11 de setembro de 1973 no Chile, resultando na morte do presidente eleito Salvador Allende. Foi a partir do resgate dessa memória que tivemos a pretensão de ampliar a visão do acontecimento histórico e político, trazendo para os leitores uma reflexão, visto que a literatura nos permite isso, além de servir como um arquivo.

Acreditamos que pensar sobre essa problemática do ponto de vista da memória e com base nas obras que nos servem como testemunho escrito (dos escritores que foram exilados na época, assim como os testemunhos orais), poderá contribuir para um melhor entendimento acerca do tema no meio acadêmico, e, principalmente, na esfera social, política e cultural.

Atualmente, notamos o grande crescimento de biografias e autobiografias ligados ao momento histórico mencionado, muitas tornaram-se base de grandes documentários e filmes. No Brasil, inclusive, ocorreu uma recente repercussão sobre o filme *Marighella* (2019), baseado na vida do líder da ALN que lutou contra a ditadura em nosso país. Dirigido por Wagner Moura, o filme estreou sob aplausos no Festival de Berlim, o que evidencia reflexão a respeito da resistência naquele período histórico da sociedade brasileira e a importância para os dias atuais.

Infelizmente, o Brasil não tem tido sucesso em encarar devidamente seu recente passado sangrento. Exemplo disso, foram as manifestações a favor da volta da ditadura a partir do primeiro semestre de 2016, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, que culminou em seu processo de *impeachment* em agosto do mesmo ano. No entanto, de acordo com as investigações, não conseguiram apontar sua associação com os crimes de corrupção, dos quais foi inocentada pelo Ministério Público Federal.

Foi nesse momento que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi da ascensão da era Lula à queda, o que levou o governo a uma exposição de escândalos, crimes de corrupção, a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e de outros políticos, assim como a vasta exposição midiática que acarretou a impopularidade do mais importante partido de esquerda do Brasil e, com isso, aconteceu certo crescimento da direita. Assim, despontou um governo com fachada democrática que trouxe como candidato Jair Messias Bolsonaro, defensor da ditadura e da tortura que conseguiu chegar à Presidência por meio de notícias inventadas, isto é, as denominadas *fake news*.

Vale salientar que ele escolheu para ser seu vice-presidente um militar de carreira, assim como fez a composição de parte de seus ministérios, também, com um grande número de militares. O Presidente citado enaltece torturadores como se fossem heróis nacionais, tal como ocorreu quando prestou homenagem ao Coronel Brilhante Ustra e, recentemente, chegou a comemorar o golpe de 1964.

No Chile, governo liderado por Michelle Bachelet deu início às investigações dos crimes cometidos durante a ditadura, porém, a presidente terminou seu governo em 2018 e não conseguiu finalizar, entregando o cargo ao empresário Sebastian Piñera, mas, segundo o jornal espanhol *El País* (2018):⁴⁶

(...) antes de entregar a presidência do Chile a Sebastián Piñera, sua subsecretária de direitos humanos, Lorena Frías, apresentou um pedido à Justiça para que fossem investigados 30.000 casos de torturados que prestaram depoimento à Comissão Valech, uma instância criada durante o mandato de Ricardo Lagos (2000-2006) e que documentou abusos e prisões políticas contra milhares de chilenos durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Sendo assim, mais de quarenta anos após a morte de Salvador Allende, o Chile conseguiu condenar parte de seus militares envolvidos nesses crimes contra a humanidade. Entretanto, o país ainda vive essa ferida aberta, muitos ainda não aceitam e continuam a disputa pela memória e clamando por justiça.

⁴⁶ Reportagem disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/23/internacional/1521827079_430555.html

REFERÊNCIAS

Gerais

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALEGRÍA, Fernando. *Salvador Allende: A paz pelo socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ALLENDE, Salvador. *Salvador Allende y América Latina: 12 discursos y 2 conferencias de prensa*. México: Casa de Chile en México, 1978. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-7739.html>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BASTOS, Augusto Roa. *Hijo de hombre*. In *Hijo de hombre*. Colección Homenaje. Compilación: Miguel Angel Fernández. Prólogo y edición: Jorge Aiguadé. Edición Económica. Ed.El Lector.Asunción –PY:2003.

BASTOS, Augusto Roa. *Yo, el supremo*. Colección Homenaje. Compilación: Miguel Angel Fernández. Prólogo y edición: Jorge Aiguadé. Edición Económica. Ed.El Lector.Asunción –PY:2003.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BUNGART NETO, Paulo. *As memórias dos exilados brasileiros sobre o golpe militar chileno: barbárie, sobrevivência e testemunho*. In: *Guavira Letras*. Três Lagoas/MS, n. 20, jan./jun. 2015 p. 129-141.

BUNGART NETO, Paulo. *Dos porões da ditadura ao filtro da memória: literatura brasileira contemporânea – resistência e exílio*. In: *Revista Línguas & Letras*. Cascavel-PR: Unioeste, v. 15, n. 29, 2014, p. 1-15.

CONEXÃO INTERNACIONAL. *A aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor*. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2018.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três 1984.

DINGES, John. *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália/ Emile Durkheim*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FIGUEREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- FONNOVA, Humberto. *Fidel: O tirano mais amado do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2012.
- FONNOVA, Humberto. *O verdadeiro Che e os idiotas úteis que os idolatram*. São Paulo: Editora É Realizações, 2015.
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 351-369.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. 12. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2009.
- GALEANO, Eduardo. *Días y noches de amor y de guerra*. Barcelona: Editorial Laia, 2000.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUERRA, Wendy. *Nunca fui primeira dama*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídias*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LAFOURCADE, Enrique. *Salvador Allende*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.
- LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LOYOLA, Paulina. *Vuelvo para vivir. Testimonio de um sobrevivente*. Santiago: Ocholibros, 2014.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

- MONTOYA, Victor. *Cuentos Violentos*. 2. ed. Estocolmo: Ediciones Luciérnaga, 2006.
- NEPOMUCENO, Eric. *A memória de todos nós*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- VICÁRIO, Guido. *Militares e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

Filmes e documentários

- Allende en su Laberinto*. Direção de Miguel Littin. Chile; Venezuela, 2014. (1h30min). Disponível em: Netflix
- Batismo de sangue*. Direção de Helviton Ratton. Perf. Caio Blat. Produção: Globo Filmes. Brasil, 2006. (1h50min).
- O que é isso companheiro?* Direção de Bruno Barreto. Columbia Tristar Filmes. Brasil, 1997. (1h50min).
- O Botão de pérola*. Direção de Patricio Guzmán. Atacama Productions. Chile, 2015 (1h22min).
- 500 - Os bebês roubados pela ditadura da Argentina*. Direção de Alexandre Valenti, Argentina, 2014. (1h40min).
- Remastered: massacre no estádio. A história de Victor Jara*. Direção de Bent- Jorgen Perlmutter. Chile (2019), (1h04min).
- Uma noite de doze anos*. Direção de Álvaro Brecher. Uruguai/Argentina/Espanha, 2018. (122min).